

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER
EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E
HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

ATA Nº 076

PRESIDENTE - DEPUTADO WILSON SANTOS.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Invocando a proteção de Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública.

Esta Audiência Pública tem por objetivo apresentar o Projeto de Lei do Poder Executivo Estadual e Reformulação do Fundo de Transporte e Habitação-FETHAB, criado no ano de 2000, pelo, então, Governador Dante Martins de Oliveira.

Convido para compor a Mesa os Secretários Marco Aurélio Marrafon, de Planejamento; Marcelo Duarte, de Infraestrutura e Logística; Seneri Paludo, de Desenvolvimento Econômico; Eduardo Moura, Secretário Extraordinário do Gabinete de Desenvolvimento Regional.

Convido para compor a mesa o Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, Prefeito Neurilan Fraga; o Sr. Rogério Romanine, Diretor de Relações Institucionais da FAMATO, representando o Presidente Rui Prado; o Sr. José João Bernardes, Presidente da ACRIMAT; o Sr. Ricardo Tomiziski, Presidente da APROSOJA Estadual; e o Sr. Glauber Silveira, Presidente da Aprosoja Nacional.

Havendo mais algum representante de entidades de classe, por favor, se apresente ao nosso Cerimonial para que nós façamos o registro.

Convido para compor a mesa o Deputado presente Oscar Bezerra, ex-Prefeito do Município de Juara.

O Deputado Zé Domingos Fraga já se encontra? Na medida em que os Deputados forem chegando, vou pedir ao Cerimonial que o faça se assentar à mesa.

Quero convidar o Secretário Marcelo Duarte....

A dinâmica será o seguinte: os Secretários apresentarão o projeto em nome do Governo e quero dizer que o projeto só chegou as nossas mãos agora 11h30min, então, nenhum Deputado teve acesso a essa matéria.

Essa matéria chegou a Casa às 11h30min e nós já havíamos convocado esta Audiência Pública desde a semana passada. Então, essa matéria é nova a todos nós Deputados e será apresentada pelo conjunto de Secretários.

Registro também a presença do Secretário Municipal de Fazenda da Capital, meu amigo Pascoal Santullo. Muito obrigado pela presença.

Registro as presenças do Sr. Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso; do Sr. Ednilson Faitta, Prefeito de Aripuanã; do Sr. Hilton Ferreira Barbosa, Prefeito de Tesouro; do Sr. Mauro André, Prefeito de Porto Estrela; da Sr^a Angelina Benedita Pereira, Prefeita de Planalto da Serra; do Sr. Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara; do Sr. Moacir Pinheiro, Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos; da Sr^a Divina Oda, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia; do Sr. Gilvan Aparecido de Oliveira, Prefeito Municipal de Porto Espiridião; do Sr. Gercino Caetano

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Rosa, Prefeito Municipal de Nova Xavantina; do Sr. Pedro Ferronato, Prefeito de Ipiranga do Norte; do Sr. Edson Yukio Ogatha, Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada; do Sr. Sinvaldo Santos Brito, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo; do Sr. Lino Cupertino, Prefeito Municipal de Figueirópolis; do Sr. José Marra Nery, Prefeito Municipal de Araguaiana; do Sr. José Hélio Ribeiro da Silva, Prefeito de Novo Mundo; do Sr. Lisú Koberstain, Prefeito do Município de Chapada dos Guimarães; do Sr. Antônio Xavier de Araújo, Prefeito do Município de Rio Branco; do Sr. Fábio Martins Junqueira, Prefeito de Tangará da Serra; do Sr. Elias Leal, Prefeito de Mirassol d'Oeste; do Sr. Carlos Alberto da Costa, Prefeito de Nossa Senhora do Livramento; do Sr. Arion Silveira, Prefeito de Nova Monte Verde; do Sr. Luciano Alencar, Prefeito de Vila Rica; do Sr. Eli Sanches Romão, Prefeito de Curvelândia; do Sr. Hélio Goulart, Prefeito de Guiratinga; do Sr. Antônio Ribeiro Torres, Prefeito de Barão de Melgaço; da Sr^a Meire Adauto, Prefeita da Poconé; do Sr. Eudes Tarcísio Aguiar, Prefeito de Brasnorte; do Sr. Natanael Casavechia, Prefeito de São José do Rio Claro; do Sr. Juviano Lincoln, Prefeito do Município de Diamantino; da Sr^a Ana Lúcia Pereira Plácido, Procuradora Municipal, que neste ato representa o Prefeito de Santa Terezinha, Cristiano Gomes Cunha; do Sr. Ademilson Custódio, Chefe de Gabinete, neste ato representando o Prefeito Municipal de Cláudia; do Dr. Mauro Vieira, advogado do INDEA, neste ato representando o Sr. Guilherme Nolasco, Presidente do INDEA; do Sr. Carlos de Souza Oliveira, Vereador de Araguaiana; do Sr. Antônio Paulino Lodi Rissini, Vereador de Gaúcha do Norte; do Sr. Genésio Roberto, 1º Secretário da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte; Gilmar Del Osbel, Vice-Presidente Regional da APROSOJA; Luiz Antônio Ortolans Sales, Diretor-Financeiro, neste ato representando o Presidente da Associação dos Criadores Suínos de Mato Grosso, Sr. Raulino Teixeira; Luiz Alberto Gomes da Silva, Assessor Parlamentar do Deputado Federal Valtenir Pereira; José Alexandre Shutz, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada de Mato Grosso; Giovana Velque, Presidente do Sindicato Rural de Campo Novo do Parecis; José Aparecido Gazeta, Presidente do Sindicato Rural de Diamantino; Pedro Gasser, Secretário-Executivo do Conselho Estadual das Revendedoras de Produtos Agropecuários; Marilene Matos da Silva, Gerente-Administrativo do Fundo de Apoio à Madeira; Valdir Martine, Delegado da APROSOJA de Guiratinga; Antônio Lira, Delegado da APROSOJA; Noenir José Caran, Delegado da APROSOJA de Diamantino; Glauber Silveira; Ari Bonilha, Secretário-Chefe de Gabinete da Prefeitura de Guiratinga; Fernando Pozobon, Presidente da Cooperativa Mercantil Industrial dos Produtores de Sorriso; José Carlos Rodrigues Satiro, Presidente do Bairro Cinturão Colina Verde, do Distrito de Coxipó da Ponte; da Sr^a Tieko Iamamoto, Secretária Adjunta Municipal de Obras de Cuiabá; do Sr. Pascoal Santuno Neto, Secretário Municipal de Fazenda da Capital; do Sr. Emival Gomes Freitas, Prefeito do Município de Porto Alegre do Norte; da Sr^a Marcilene Coelho, Vereadora do Município de Porto Alegre do Norte.

Agradecemos a presença de todos os produtores rurais.

Registro a presença da jovem e caçula Deputada Janaina Riva, uma das autoras do Requerimento para esta Audiência Pública.

A dinâmica será a seguinte: vamos passar a palavra ao Secretariado, logo após o Governo apresentar a proposta representado pelos Secretários, abriremos a palavra a todos que quiserem usar a palavra.

A Audiência Pública tem prazo para encerrar às 18h.

Eu sei que alguns Prefeitos, Vereadores e Secretários têm compromisso, não podem ficar todo o tempo, mas nós vamos permanecer aqui pelo menos até as 18h.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

A matéria será lida na terça-feira em plenário e como o Governo pediu regime de urgência a matéria provavelmente será apreciada e votada até o dia 18, sexta-feira.

Nós estamos com a República de Juara a minha direita. É o Vale do Arinos que chegou ao Poder. E o Prefeito está lá, também.

Com a palavra o Secretário de Planejamento do Estado de Mato Grosso, Sr. Mestre Doutor Marco Aurélio Marrafon.

O SR. MARCO AURÉLIO MARRAFON - Boa tarde a todos!

É com bastante alegria que estamos aqui, hoje, para apresentar o Projeto de Lei do FETHAB.

Inicialmente eu preciso cumprimentar o Líder do Governo, Presidente desta mesa; cumprimentar, também, o Deputado Oscar Bezerra e a Deputada Janaina Riva, certamente para qualificar muito o debate e podermos avançar na discussão dos projetos.

Eu quero cumprimentar os meus colegas Secretários. Está chegando, agora, o Secretário Paulo Brustolin; Secretário Marcelo; Secretário Seneri Paludo.

Também, cumprimentar o Prefeito Neurilan Fraga e em seu nome cumprimentar todos os prefeitos aqui presentes; o meu amigo Bernardes, da ACRIMAT; também o Rogério Sr. Rogério Romanine e o Sr. Ricardo Tomiziski, representantes das entidades de classe que vieram aqui prestigiar o nosso evento e promover este debate.

O Governador Pedro Taques sempre disse duas premissas fundamentais para que possamos pensar o desenvolvimento do Estado. A primeira delas é uma premissa social, ou seja, nenhum mato-grossense será deixado para trás. A segunda, já em tempos contemporâneos e terríveis, diz o seguinte: nós não temos compromisso com a crise. Então, não importa! Nós sabemos que herdamos um Estado com crise moral, ética, crise de processos, crise financeira, crise orçamentária e estamos indo em frente num modelo que congregou no primeiro tempo uma reforma fiscal muito profunda, uma reforma fiscal que em números atualizados, hoje, pela manhã, já levou a economia de 28% do custeio da máquina; um modelo em que tivemos que fazer aquelas medidas quase draconianas de 02 de janeiro para podermos segurar o tamanho das contas públicas aqui para chegarmos a dezembro com a folha de pagamento em dia.

Hoje, no Brasil, oito Estados da Federação estão parcelando o salário dos servidores do mesmo mês ou pagando por outros meses, enquanto que nós colocamos os repasses em dia nos municípios na área de saúde; colocamos o repasse em dia com o próprio FETHAB, que está sendo repassado - o Secretário Brustolin está aqui para trazer os números - e, ainda, estamos avançando para uma segunda etapa, a etapa do Estado para os resultados. Ou seja, há uma revolução silenciosa dentro da máquina pública e essa máquina pública pressupõe uma mudança de processos, reuniões de monitoramento, implantação de um novo modelo de gestão, cobrança diária dos Secretários acerca das metas de entregas, metas que não serão mais metas, apenas, como atividades-meios, mas logo serão resultados. Não adianta eu botar duzentas novas viaturas na rua, se a criminalidade não cair. Então, isso fará o Estado avançar para resultados que pressupõem que nós melhoremos os indicadores sociais e econômicos do Estado de Mato Grosso.

E a terceira etapa da reforma, que, de certo modo, se inicia na parte fundamental, hoje, é justamente a ideia de governo digital e governança público-privada.

No governo digital nós entregamos a reforma do CEPROMAT, que, agora, deverá se chamar Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação, e, também, vai redesenhar as estruturas de TI do Estado com alguns projetos muito audaciosos e com uma possibilidade que já vem sendo trabalhada pela MT PAR com o CEPROMAT e a Secretaria de Planejamento de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

instaurar o programa que, ainda, brincamos no nome, Pró-Estradas Digital, MT Conectado, que é levar um cabo de fibra ótica e energia de alta velocidade a todos os municípios mato-grossenses, interligando a prefeitura, interligando os órgãos públicos, o Judiciário, o Legislativo, enfim, para que nós possamos otimizar toda essa discussão. É um projeto muito audacioso que já está sendo trabalhado e colocado em prática.

E, também, hoje veio aquela tão gestada Lei do FETHAB.

A Lei do FETHAB vem fruto de um diálogo preliminar. As audiências públicas já foram feitas pelo Secretário Marcelo para trazer alguns aperfeiçoamentos. Não há uma mudança radical, não há uma mudança de natureza jurídica do FETHAB. Nós seguimos fielmente aquilo que está assentado nos tribunais superiores e acabamos, apenas, fazendo algumas alterações para podermos otimizar a parceria com as entidades privadas e, mais do que isso, alavancar recursos necessários para que possamos cumprir os desafios de infraestrutura logística do Estado. Ou seja: não adianta, apenas, dependermos da famosa Fonte 100, que é a Fonte do Tesouro, porque a máquina pública, ainda, é muito pesada e nós temos diversas legislações que precisam ser observadas e modificadas, apesar de todo esforço de enxugamento que nós fizemos nesse primeiro ano. E para isso, para que recuperemos a capacidade de investimento num jogo que nós chamamos de jogo de ganha, ganha, ou seja, a própria sociedade civil ajuda a investir nessa infraestrutura, mas, agora, com outras bases e uma vez que ela ajuda, também, o benefício vem na forma de valorização do seu patrimônio, na forma de melhores serviços prestados, na forma de melhor transporte...

Então, com essa ideia fundamental, ou seja, de fazer um jogo de ganha, ganha, sem perda para os municípios, sem perdas para as entidades, sem perdas para a Secretaria de Cidades, nós fizemos um desenho marcado a partir de uma não diria uma divisão, porque nós não dividimos. Nós pensávamos mesmo em criar o FUNTRAN, mas na última hora o FUNTRAN acabou sendo reabsorvido pelo próprio FETHAB e, agora, então, é uma divisão meramente de competência de finalidades dentro da própria lei.

Então, de um lado, mais propriamente, ficaria o FETHAB Combustível e de outro o FETHAB *Commodities* mais vinculado ao Agro. E ali, então, nós estabelecemos algumas diferenciações básicas acerca das hipóteses de incidências e especialmente uma grande inovação que é a possibilidade dos fundos regionais para projetos específicos que ficariam na gestão imediata da própria comunidade que está sendo beneficiada pela obra.

Então, a possibilidade de que seja estabelecido - eu gostaria de cumprimentar o Deputado Coronel Taborelli - é uma contribuição adicional de até uma vez a contribuição tradicional do FETHAB com vinculação não aos recursos ordinários do Tesouro, mas uma vinculação específica à obra que se destina, com gestão própria e compartilhada pela própria comunidade.

Então, basicamente, as mudanças mais significativas estão colocadas a partir do chamado FETHAB *Commodities* ou Agro e nas *commodities* nós criamos algumas possibilidades de investimento, parceria, com maior vinculação ao fim específico a que se destina. Nós acreditamos que essa gestão com o público fiscalizado pelo privado é uma solução que pode avançar.

Na metodologia da Audiência Pública de hoje, até por ser um dos pais da criança, uma criança que foi muito bem trabalhada, gestada, o Governo inteiro veio nessa discussão, o Secretário de Fazenda, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, o Secretário de Infraestrutura, de Planejamento, o Secretário de Cidades, Eduardo Chiletto, houve toda uma discussão em torno de um projeto que pudéssemos trazer efetivamente uma lei aprimorada e melhorada.

Então, para isso, meu Presidente, eu vou...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Cumprimentar o Deputado Eduardo Botelho, que não vi chegar; cumprimentar o Deputado Baiano Filho.

Eu devolvo a palavra à Presidência. Na metodologia o Secretário Marcelo tem uma apresentação mais detalhada feita esta abertura e desde já pedindo apoio de toda a sociedade civil, dos Srs. Deputados, para apresentar ideias, debater esse projeto. Nós queremos mesmo construir algo democraticamente muito bem feito.

E pedimos, em nome da Casa Civil, em nome do Governo do Estado, desculpas em relação ao tempo. Não é adequado que se protocole pela manhã e se venha fazer Audiência Pública à tarde. Nós sabemos disso, mas é justamente por isso, pelo processo de maturação e dos detalhes que tinham que ser corrigidos antes de enviar, acabou atrasando um pouco.

Por isso, na tentativa de compensar, hoje, nós estamos aqui à disposição para fazer a apresentação bem detalhada para debater. Nós temos argumento do que está colocado, mas, também, ninguém aqui tem compromisso com o erro de modo que aperfeiçoamentos, sugestões ou debates são sempre bem-vindos e necessários.

Então, Deputado Eduardo Botelho, com essas palavras eu faço a minha apresentação. Peço desculpas, porque vou ter que abrir o ganha tempo, a primeira PPP original mesmo do Estado vai ser agora, fazendo Audiência Pública, e depois eu retorno.

Enquanto isso, Deputado Wilson Santos, se for possível, eu gostaria que o Everaldo, Assessor Especial de Gabinete do Governo, um dos que ajudou a fazer a concepção jurídica da Lei e tem todas as condições de me substituir nesses questionamentos enquanto eu estiver fora.

Então, com essas palavras, eu agradeço a presença de todos e tenho certeza que nem o Governador do Estado e nenhum dos Prefeitos e Deputados presentes têm o compromisso com a crise. Todos nós queremos avançar e fazer com que Mato Grosso seja cada vez melhor para todos os mato-grossenses.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Secretário, pela exposição.

O Secretário vai ficar aqui e debater com os senhores os questionamentos que, porventura, aparecerem. Com certeza, vão aparecer.

Com a palavra, o Exmº Sr. Marcelo Duarte Monteiro.

O SR. MARCELO DUARTE MONTEIRO - Boa tarde, senhores e senhoras!

Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Wilson Santos, autor do Requerimento desta Audiência Pública; Deputado Eduardo Botelho; Deputada Janaina Riva; Deputado Oscar Bezerra; Deputado Pedro Satélite; Deputado Max Russi; Deputado Coronel Tadorelli; Prefeito Neurilan Fraga, em seu nome cumprimento todos os Prefeitos presentes, Prefeitos e amigos de todo canto do Estado - estou vendo prefeitos nesta Audiência Pública tão importante sobre o FETHAB; em nome do meu amigo Secretário Paulo Ricardo Brustolin da Silva, cumprimento os colegas Secretários presentes; em nome do Ricardo Tomczyk, Presidente da APROSOJA, cumprimento todos os líderes de associações, federações, sindicatos e todos os produtores rurais aqui presentes.

Amigos, a fala do Secretário Marco Aurélio Marrafon foi bastante forte e firme no sentido de dizer claramente o espírito em que foi concebida essa proposta de ajuste à Legislação. Realmente, é um espírito propositivo, um espírito de fazer com que sejamos protagonistas à solução dos problemas que nós temos.

Foi uma proposta construída a várias mãos e, inclusive, foi discutida dentro da AMM. E foi lá dentro, Neurilan, quando o senhor me colocou a seu receio de se abrir dois Fundos, o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

FUNTRAN e o FETHAB antigo, que nós levamos à Equipe Jurídica e concordamos em mudar essa concepção para ao invés de dois Fundos um Fundo só.

Essa proposta, infelizmente, só foi finalizada agora, recentemente. Por isso, hoje, foi protocolada na Assembleia Legislativa. Eu reforço as desculpas, já pedida pelos Secretários Paulo Taques e Marrafon, de que houve vários ajustes que tiveram que ser feitos e, por isso, a proposta foi apresentada hoje nesta Casa de Leis.

Eu gostaria, antes de entrar nos detalhes da proposta, de fazer, Deputados, se me permitirem, um preâmbulo da necessidade e do que embasou toda a construção dessa lei. Porque a lei, friamente analisada, vai, com certeza... Você vê poucas linhas, poucas páginas, mas por trás existe todo um embasamento, existe toda uma estratégia que nós precisamos compartilhar.

E é a estratégia que eu gostaria, por meio desse *slide*, dessa minha apresentação, de compartilhar com vocês e destacar os principais pontos da Legislação e, inclusive, abrir em seguida as próximas palavras que, com certeza, estarão um pouco mais embasadas, porque, repito, o projeto veio para esta Casa somente hoje.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que, baseado nesses números que vocês estão vendo, o próprio Mato Grosso com um destaque mundial na produção de alimentos, principalmente quando olhamos esse crescimento de Mato Grosso com 11% ao ano a produção de grãos; do outro lado, quando olhamos do lado direito do gráfico e vemos o potencial que Mato Grosso tem para crescer ainda, é que perguntamos: por que não estamos produzimos muito mais? Por que não estamos fazendo muito mais? É óbvio que Mato Grosso não desenvolve o seu pleno potencial, porque não tem a infraestrutura que merecia ou que deveria ter.

A infraestrutura de Mato grosso é muito aquém da infraestrutura que Mato Grosso deveria ter e eu queria mostrar isso um pouquinho com números para vocês.

Em primeiro lugar, comparar o Brasil, eu não estou falando de Mato Grosso ainda, com outros países, países neste caso concorrentes de Mato Grosso, do Brasil no agronegócio em relação ao número de quilômetros de estradas pavimentadas em relação ao território.

Vejam nesse gráfico que enquanto Estados Unidos tem mais de quatrocentos quilômetros de rodovias pavimentadas para cada mil quilômetros quadrados, nós temos aqui no Brasil em torno de vinte e cinco; China mais de trezentos; Ucrânia, um país lá do leste europeu com um volume significativo, enquanto o Brasil com números extremamente tímidos.

O SR. CORONEL TABORELLI - Sr. Presidente, eu não fui convidado para esta reunião e estou vendo que foi discutido amplamente com o município, com todo mundo e não foi nesta Casa.

Há pouco, quem discutiu esse material aqui? E se não foi discutido com a sociedade amplamente e nem nesta Casa, como nós vamos votar até dia 18 um projeto de tamanha envergadura?

Eu acredito que esta Casa tem que ser respeitada. Eu respeito esta Casa e não pode chegar de afogadilho qualquer que seja a mensagem e nós obrigatoriamente deveremos votar.

Eu quero deixar o meu manifesto. Eu estou saindo, porque não fui convidado, tenho compromissos. Agradeço e desculpem-me, mas, não vou me calar perante uma afronta ao Poder Legislativo.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Coronel Taborelli, o Projeto está dando entrada nesta Casa e, evidentemente, será discutido. Nós Deputados é que vamos ditar o tempo aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Pode continuar, Secretário Marcelo.

O SR. MARCELO DUARTE - Continuando aqui, nós estávamos falando aqui de quilômetro de rodovias pavimentadas. Quando você olha o Brasil, ele está atrasado. Quando nós olhamos o Mato Grosso dentro do Brasil, aí assusta mais ainda. Se você comparar o Brasil com os Estados Unidos, não é novidade falarmos que o Brasil está atrasado. Todo mundo sabe disso, todo mundo conhece alguém que já foi para os Estados Unidos e acompanha como é esse País.

Agora, comparar dentro do Brasil e olhar o Estado do Maranhão e ver que tem o dobro de rodovias pavimentadas que Mato Grosso tem. O Piauí tem o triplo de Rodovias pavimentadas em relação ao território que Mato Grosso tem.

É notório o atraso de Mato Grosso em relação ao volume de investimentos que foram feitos em infraestrutura logística nesses últimos anos. Esse atraso precisa ser compensado e temos um número: Mato Grosso hoje, se você somar rodovias estaduais mais rodovias federais pavimentadas, nós temos hoje em torno de dez mil quilômetros. O número de Mato Grosso é, no mínimo, mais de dez mil quilômetros de rodovias que precisam ser feitas para que possamos compensar esse atraso e chegar, no mínimo, ao nível hoje do que tem o Maranhão, que são vinte quilômetros de rodovias para cada mil quilômetros quadrados de território.

Não bastasse isso, não é novidade para os senhores, eu já falei isso, infelizmente, não tivemos tempo ainda de mudar esse *ranking* em relação à qualidade, porque temos também estradas muito ruins.

Mato Grosso hoje, no último *ranking* que saiu da CNT, ainda figura na pior colocação do Brasil em relação a qualidade de rodovias, o que muito nos envergonha, o que mais uma vez denota a necessidade de investimento em infraestrutura no nosso Estado.

Então, o que nós temos que fazer? Qual é a estratégia que temos que utilizar? O que o Governo do Estado, através de seus órgãos de planejamento, de pensar Mato Grosso do futuro está pensando para que nós possamos construir um Mato Grosso diferente, principalmente no que se refere a questão logística, a questão de infraestrutura?

Infraestrutura, gente, nós falamos em infraestrutura para a questão da produção, mas é óbvio que a infraestrutura está aí para atender quem mora distante, que mora longe, para produzir, para andar de ambulância ou para viaturas de polícia, ou para quem precisa chegar num hospital.

Essa estratégia tem quatro pontos fundamentais. O primeiro ponto, um dos pontos, obviamente, é a questão financeira, é a questão dos recursos.

Sem recursos não conseguimos fazer nada. E é por isso que nós estamos debatendo aqui a questão do FETHAB. Mas é óbvio que só recursos não adianta. Uma estratégia mais ampla precisa ser adotada, a começar por um choque de gestão. O choque de gestão que vai mudar a maneira que se faz a gestão pública no Estado de Mato Grosso. E isso é o que vem acontecendo.

O Secretário Marco Aurélio Marrafon colocou isso de maneira muito clara, a maneira como estamos reduzindo os custos e melhorando a eficiência do Estado.

Eu quero trazer, em nome da Secretaria, alguns pontos que nós estamos analisando nessa questão.

Em primeiro lugar, nós estamos abordando a questão de obras, diferentemente do que muita gente acha, que a obra tem que ser fiscalizada de uma maneira eficiente, mas a fiscalização é um ponto só. A obra precisa ser planejada, ela precisa ter um bom projeto, ela precisa ter uma contratação benfeita e daí sim, uma fiscalização e execução benfeita, em seguida a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

manutenção de essa obra ser feita, enfim, todo o ciclo dela tem que ser feito e isso tem sido olhado de uma forma diferente agora.

Por exemplo, eu cito a questão da manutenção das rodovias. Não havia sequer um contrato de manutenção de rodovias pavimentadas em vigor em Mato Grosso - sequer um contrato. Como é que você quer ter uma malha de qualidade, uma infraestrutura de qualidade, se você não tem nenhuma obra, nenhuma rodovia hoje com um contrato de manutenção válido?

Nós implementamos a manutenção e hoje em praticamente todos os cantos do Estado tem manutenção acontecendo, ainda aquém daquilo que gostaríamos, mas já é uma manutenção que já está mostrando para que veio.

Temos também que destacar na questão do Programa “Pró-Estradas”, muitas pessoas, às vezes, de maneira equivocada coloca o Programa “Pró-Estradas” como o Programa “MT Integrado” com outro nome, mas não é, primeiro porque o Programa “Pró-Estradas” não abarca obras de construção de rodovias. Estamos falando de reconstrução de rodovias. Temos hoje mais de mil quilômetros de rodovias em reconstrução.

Infelizmente, é um programa que não gostaríamos de ter. Só temos hoje a reconstrução de rodovia porque as rodovias não foram cuidadas, não foram mantidas de maneiras eficientes ao longo desses anos, rodovias às vezes com pouco mais de cinco anos estão tendo que ser reconstruídas porque essa manutenção simplesmente não existiu.

E estamos falando do programa de manutenção, que, como eu disse, não existia e estamos implementando esse programa nas pavimentadas e estamos mantendo. Mantivemos todas as vinte e quatro patrulhas nas rodovias não pavimentadas para somar com as patrulhas dos Prefeitos que foram colocadas após a mudança do FETHAB.

Esse é o total de Frente de Serviços que temos hoje no Estado com destaque especial à parceria com as Prefeituras. Destaque por quê? Porque nós sabemos que apesar de termos feito esses repasses através do FETHAB - depois o Secretário Paulo Ricardo Brustolin com certeza vai comentar -, ainda assim várias Prefeituras ainda precisam de um suporte de óleo diesel, de um suporte de massa asfáltica para dar manutenção.

Mantivemos também além, suplementarmente, as nossas vinte e quatro patrulhas próprias do Governo do Estado para dar também apoio nesses vinte e quatro mil quilômetros de rodovias pavimentadas que temos hoje no Estado.

Nós adquirimos esse caminhão, um caminhão móvel para avaliação de qualidade de obra, e temos vários resultados que podemos destacar para vocês, resultados inclusive de redução real de custo.

O primeiro resultado de redução real de custo é na parte de gerenciamento e supervisão de obra. Se você somar todos os contratos que nós tínhamos de supervisão de obras, mais o que já não tinham feitos por falta de orçamento dão mais de cento e oitenta milhões de reais de economia em relação àquilo que fizemos hoje; economia de combustível de mais de trinta e cinco milhões; economia em pontes que não precisavam ser feitas e tinham projetos para serem elaboradas em mais de quarenta milhões de reais.

Só um projeto, como exemplo, da economia que nós conseguimos na restauração de uma estrada que todos conhecem, é a estrada de Chapada dos Guimarães que foi mais de oito milhões de reais de economia.

Só isso totalizando mais de duzentos e sessenta milhões de reais economizados, para mostrar que não basta ter dinheiro só, tem que também ter gestão e ter zelo por esse dinheiro que nós estamos administrando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Outro ponto também que Mato Grosso precisa ter é olhar seus eixos. Não adianta só olhar suas veias e não olhar as artérias. Então, estamos trabalhando dentro da Secretaria para licitar os trechos faltantes da BR-174, e dar ordem de serviço a essa BR que vai mudar o Noroeste de Mato Grosso; a BR-242, a BR-080, todas as BRs, pelo menos uma parte da ação dessas BRs, que seja parte indígena, estamos trabalhando para viabilizar, assim como a parte de ferrovias e hidrovias.

Estamos também investindo, o Secretário Marrafon saiu agora para firmar a primeira PPP do Estado, que será em atendimento Ganha Tempo, mas queremos transportar essa tecnologia, essa sistemática de PPPs também para as ferrovias, Sinval, porque entendemos que sem parcerias, sem trazer a iniciativa privada para o jogo, nós não vamos conseguir vencer os enormes obstáculos que temos aqui em Mato Grosso.

Já temos sim rodovias concessionadas. Mato Grosso tem hoje mais de 600 quilômetros de concessões, inclusive são as melhores rodovias do Estado hoje, são as concessões, muitas delas originadas com associações de produtores administrando rodovias. Por isso entendemos que esse modelo é um modelo vitorioso, um modelo que precisa ser expandido.

Hoje quem passa pelas rodovias paga com gosto o pedágio que é cobrado, porque sabe que tem assistência, tem qualidade, e que as rodovias hoje traduzem em serviço tudo que elas cobram hoje nas cancelas.

Por último, não menos importante, talvez um ponto fundamental e crucial nessa questão, a questão dos recursos financeiros.

Não adianta nada termos gestão, não adianta nada termos parcerias, não adianta termos redução de custo significativo se não temos obviamente recursos para fazer frente a esses enormes desafios que Mato Grosso tem.

Não adianta, gente, porque os recursos, ou virão de empréstimos, e aí eu posso dizer para os senhores que a nossa capacidade de captação de novos empréstimos é limitada, principalmente dado ao cenário que estamos vivendo hoje na esfera nacional e internacional, inclusive hoje têm operações contratadas que não estamos conseguindo obter aval por questões macroeconômicas do País que acabam nos impactando.

Outra solução seria vir aqui, como às vezes escutamos, Deputado Eduardo Botelho, um chinês, um Fundo vir investir, e isso é uma ilusão que temos que parar de acreditar. Os Fundos virão se estruturarmos uma PPP, uma concessão, para vir investir. Aí sim, pode vir um Fundo.

Agora vir um Fundo aqui investir e melhorar a nossa infraestrutura, Deputado Nininho, isso não vai acontecer.

Nós temos que ser realistas, Deputado Zé Domingos Fraga, e entender que os nossos problemas precisam ser encarados de uma maneira profissional e responsável.

Essa história de Fundo, Amaro, é muita conversa para boi dormir. Então, se os empréstimos não virão, e, se vierem, virão pouco para fazer frente; se os fundos árabes ou chineses virão, se nós estruturarmos PPPs, concessões, que eles possam participar...

E vão cobrar, Prefeito Tarcísio, na cancela, porque o fundo não virá para fazer caridade, mas virá para investir, Prefeito Gilmar, para, de repente, colocar um pedágio assim como está fazendo a Odebrecht. Justo! Ninguém... Os fundos não são filantrópicos. São fundos que visam lucro, que viriam se tivesse um negócio que lhes dariam, pelo menos, 10% de retorno ao ano. Aí, sim, viriam.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Então, o que nos resta? Resta-nos olhar para as nossas contas públicas, olharmos para os nossos negócios, olhar para Mato Grosso e daqui gerirmos, gestarmos a solução para os nossos problemas.

A solução para os nossos problemas - sempre digo isto - está aqui, em Mato Grosso. Ela não está fora. Nós podemos ser protagonistas dessa solução e uma solução que já começou a ser construída, porque não podemos dizer que estamos inventando a roda aqui, porque não estamos. Esse Fundo é um Fundo que tem quinze anos, um Fundo que sofreu mudanças positivas, negativas, mas, também, sofreu mudanças positivas. Não podemos dizer...

E aqui não estou falando, porque eu estou com tantos prefeitos presentes. Eu falo isto em todo lugar que estou. Eu estava, hoje, pela manhã com produtores rurais na APROSOJA dizendo isto; eu acho que a parceria - o Prefeito Ferronato estava conosco - é muita produtiva. Óbvio que existem casos que não estão “performando” da maneira que deveriam, mas, via de regras, sim, é uma parceria positiva que tem que ser mantida.

Esse FETHAB, que é o FETHAB que existia quando nós assumimos esse Governo, não existe mais. Hoje, nós temos outro FETHAB, um FETHAB diferente que, talvez, não seja, Deputado Pedro Satélite, o que sonhamos. E não é! Por isso estamos propondo aqui mudanças, mas já é um FETHAB diferente; já é um FETHAB que apresenta soluções vindas de prefeituras, de várias prefeituras. Hoje, por onde andamos nós encontramos com pessoas dizendo: “Nossa, como melhoraram as estradas.”. E melhoraram as estradas, porque nós temos parceiros, hoje, em todos os cantos do Estado, parceiros que têm a necessidade e a demanda de fazer com que as estradas melhorem. E essas estradas, essas parecerias, por meio de serviços de patrolamento, de compra de máquinas, eu recebo no meu *whatsapp*, eu vou e não há quem não reconheça. Por isso, claro, é muito forte o compromisso desse Governo, do Governador Pedro Taques quando ele participou de Audiências Públicas para tratar deste Fundo e colocou que é compromisso dele que as prefeituras não perderão nenhum centavo nessa mudança, porque ele reconhece a enorme parceria que vem acontecendo.

Então, o que precisa? Como é o Fundo hoje? Como ele está hoje? Esse desenho - eu não sei se todos conseguem ver - mostra o seguinte: que o Fundo, hoje, sofre uma série de vinculações, uma série de deduções que fazem com que os recursos, que na prática são aplicados nas áreas fins, sejam um pouco mais de 60% do total do fundo que, hoje, são arrecadados e outros 40% acabam sofrendo enormes vinculações disso, daquilo. Desse total a metade fica com as prefeituras e metade com o Governo do Estado, mais ou menos na faixa de duzentos e cinquenta milhões, duzentos e sessenta milhões para cada lado. E assim nós estamos vivendo, passamos o ano de 2015.

Analisando o FETHAB não tem como dizermos que o FETHAB não tem pontos fortes e pontos fortes importantes. Hoje, a lei como está, apesar de ela, ainda, estar precisando de aperfeiçoamento, não dá para negar, por exemplo, que é a única fonte de financiamento para obras de infraestrutura no Estado de Mato Grosso. É a única! Então, é um fundo muito importante não podemos negar isto.

O segundo ponto: tem uma base de contribuição larga, vasta, composta por diesel e várias *commodities* que fazem com que esse fundo tenha resiliência. Há crises em uma ou outra *commodity*, em uma ou outra situação, mas ele consegue manter a sua arrecadação firme, sempre crescendo a uma taxa de, mais ou menos, 8% ao ano. É um Fundo consolidado juridicamente, por isso não haveria como propormos... Por isso nós entendemos juridicamente que não há como mudar esse Fundo, criar outro Fundo para iniciar novamente uma batalha jurídica, uma discussão se é fundo, se é contribuição, se é imposto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Já há um entendimento, Deputada Janaina Riva, do Supremo de que o FETHAB não é imposto, que o FETHAB é uma contribuição. Então, para que restabelecer essa discussão? Vamos, então, usar o FETHAB, usar a carcaça da lei. Vamos mudar a lei. Não vamos reinventar a roda nesse sentido.

E a parceria com os municípios, como eu disse, também, é um ponto forte, uma das poucas modificações que houve nos últimos anos que realmente trouxe avanços para a lei e não tirou dinheiro da infraestrutura. Colocou-se dinheiro na infraestrutura, hoje, no Estado de Mato Grosso.

Agora, temos alguns pontos a melhorar e é em cima desses pontos a melhorar que nós vamos trabalhar.

Primeiro: do total da contribuição somente 60% vão para as áreas fins e 40% ficam em retenções administrativas, em retenções de vinculações obrigatórias, todo tipo de solução. Isso foi abordado e atacado nessa reforma.

O segundo ponto é que os municípios não podem usar os recursos para obras urbanas. Nós sabemos que essa é uma demanda dos municípios. Quem mora nos municípios, quem vive sabe. Eu convivo com os prefeitos todos os dias e a demanda é muito grande para pavimentação urbana; é muito grande para obras urbanas e o Governador é sensível a isso, portanto, ele nos pediu para analisar com cuidado essa situação para que nós possamos mudar e atender esse pleito importante de colocar, de pleitear um pouco dessa demanda de recursos urbanos.

O Conselho do FETHAB não existe. É um Conselho fictício que nunca existiu, na verdade. É uma demanda antiga que esse Conselho funcione para que, por meio desse Conselho, nós consigamos ter, assim como o Secretário Marco Aurélio Marrafon colocou, uma participação popular, uma participação da sociedade, um controle civil sobre esse Fundo que, hoje, não existe e, repito, nunca existiu.

E, por último, é óbvio que os recursos não são suficientes para fazer frente às enormes demandas de infraestrutura do Estado de Mato Grosso.

Hoje, duzentos milhões são, mais ou menos, só a manutenção da nossa malha. Duzentos milhões de reais, hoje... O que tem, hoje, do Fundo para a SINFRA é basicamente o suficiente para você respirar, Joci Piccini. Respirar! Você respira e só! Não tem capacidade de investimento, hoje, da maneira como está desenhado.

E como eu desenho? Qual é o desenho que está se propondo para esse Fundo? Hoje, 60% do Fundo, da arrecadação, são compostos pela arrecadação vinda do óleo diesel. O óleo diesel, hoje, recolhe dezoito centavos por litro consumido no Estado de Mato Grosso que compõe a Receita do FETHAB. Isso dá, mais ou menos, quinhentos, quinhentos e cinquenta milhões de reais e o restante da contribuição vem das *commodities*: soja, boi, algodão e madeira. Essas quatro juntas compõem outros trezentos, trezentos e poucos milhões de reais que dão oitocentos e cinquenta, novecentos milhões de reais. Cada vez varia. Isso flutua um pouquinho dependendo da...

O Secretário Paulo Cesar Zamar Taques, com certeza, terá números mais precisos em relação a isso.

Inicialmente, como eu disse, havia a ideia de se criar outro fundo. Inclusive, saiu na imprensa de se criar o FUNTRAN. Até o nome já tinha sido dado, mas devido à preocupação, que não é pequena, de se expor os recursos que são destinados às prefeituras, são destinados a outros fins, à Secretaria de Estado de Cidades, a uma batalha jurídica e, também, ao novo fundo igualmente, foi decidido fazer um fundo só.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

E como seria esse fundo? Em primeiro lugar, você pega aqui o óleo diesel. São quinhentos e vinte e quatro milhões de reais, mais ou menos, essa estimativa, e a metade dessa arrecadação, por meio de uma nova proposta, é destinada aos municípios. Cinquenta por cento dão exatamente o mesmo valor que, hoje, é repassado, que este ano será repassado a partir do próximo ano com os acréscimos que acontecem, obviamente, por questão de mercado, com um diferencial, que é o art. 18-C, se não me engano, que foi colocado pelo Governador nesta Mensagem que ele fez questão de colocar, expressamente que está garantido pelo menos o mesmo volume, caso de uma situação econômica, uma situação de arrecadação atípica em que você tem o mesmo montante de recursos que foram repassados este ano e está garantido para o próximo ano. Isso está no art. 18-C da nossa proposta que chegou hoje, Deputados, à Assembleia Legislativa.

Os outros 50%, ficariam 20% divididos da seguinte maneira: serão 50% para habitação e desenvolvimento regional que comporiam os outros 50% dessa proposta.

E a parte das *commodities*, essa, sim, ficaria a cargo da infraestrutura de transporte, que seriam mais ou menos 340 milhões de reais, mais os fundos regionais.

Na nossa visão, a grande mudança que essa lei traz são esses fundos regionais e eu vou explicar um pouquinho como eles funcionam, porque essa, realmente, Deputados, é a grande mudança, é a grande possibilidade de aumento de receita que vai dar para investimento de infraestrutura. Mas, antes disso, eu quero detalhar um pouquinho mais a essa divisão de recursos, como ela vai funcionar e quais são as principais finalidades e características da maneira como esse recurso ficou estabelecido.

Primeiro, a parte das *commodities* lá em cima, a parte da soja, a parte do boi, da madeira e do algodão. Esses 355 milhões, podendo variar para mais ou para menos, por questões de mercado e de arrecadação, serão usados exclusivamente para investimentos de transporte ou manutenção da infraestrutura. Não poderão ser usados, segundo a Lei que foi enviada à Assembleia Legislativa, Deputados, para custeio, para pessoal ou para qualquer outro tipo de despesa que não sejam despesas, diretamente, relacionadas à infraestrutura de transporte.

Traz, ainda, uma inovação importante, que é a possibilidade da utilização desses recursos como garantias para contraprestação de PPPs rodoviárias, que são, com certeza, como eu disse antes, uma das alternativas que teremos que lançar mão se quisermos ter infraestrutura de primeiro mundo aqui em Mato Grosso. PPPs poderão ser garantidas e contraprestações de PPPs rodoviárias poderão ser pagas com esse Fundo e com esses recursos.

Haverá uma governança prevista para essa parte dos recursos no Conselho do FETHAB. Esse Conselho teria a gestão sobre essa parte, deliberação sobre a parte de infraestrutura e investimentos em infraestrutura dos recursos que seriam geridos, nesse caso, pela Secretaria de Infraestrutura, pela SINFR, e o Conselho terá poderes reais e, inclusive, obrigações, responsabilidade e um número mínimo de reuniões por ano, que, no caso, foi colocado em lei duas reuniões. E o que for aprovado em infraestrutura terá que passar por esse Conselho gestor formado pela sociedade civil e também por Secretários de Estado.

Outra inovação que é um pleito antigo em relação ao FETHAB, nobres Deputados, é em relação à Conta Única, porque esse é um recurso que é um Fundo, mas é um Fundo que estava sendo tratado como uma despesa de conta única, o dinheiro entrava na conta única, misturava-se e perdia-se até quanto que era arrecadado.

Eu quero aqui reconhecer a maneira como a Secretaria de Estado de Fazenda está tentando, Secretário Brustolin, Secretário Adilson, essa mudança, porque estamos tirando do fluxo do Tesouro do Estado uma importante fonte de recursos que irá, não a partir de 2016 com a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

proposta, a partir de 2017, porque 2016 será um ano, Deputado Wilson Santos, de transição, haverá essa “desfethabilização” do Tesouro, o Fundo será realmente segregado, segregado para investimento nas ligações rodoviárias tão importantes para o Estado, porque nos 141 municípios, temos quarenta e um sem ligação asfáltica.

E como nós vamos fazer essa ligação asfáltica? Com os recursos que estamos separando aqui. Quarenta e um municípios ainda não sabem o que é chão preto, chegando aos seus municípios. Dos cento e quarenta e um, temos quarenta e um com essa situação.

Dos 50% que ficarão para o Governo do Estado, ficará dividida da seguinte maneira: 20% dos recursos garantidos pela Secretaria de Cidades, que serão utilizados para a parte urbana, de habitação, saneamento, mobilidade, enfim, a parte urbana de uma maneira geral; e 30% reservados ao Governo do Estado, ao Tesouro do Estado, para aplicação em despesas obrigatórias, investimentos, enfim, em despesas sem muita trava nesse sentido.

Não haverá Conselho, no caso, previsto para essa parte e as despesas, nesse caso, serão na Conta Única.

Da parte dos municípios, a proposta do Governo do Estado é para que, dos 50% que vão aos municípios, 35% desse total sejam destinados às rodovias, sejam elas estaduais não pavimentadas e rodovias municipais, como hoje está previsto na lei, e os outros 15% dos 50% sejam destinados a obras urbanas, como é um pleito antigo, um pleito de muitos prefeitos que vêm nos procurar sempre preocupados em melhorar a qualidade de vida não só das estradas, mas a qualidade, também, das suas ruas, das suas obras urbanas. E isso aqui está previsto dentro dessa proposta de lei.

Os repasses serão feitos fundo a fundo e Conselhos municipais estão previstos para fazer desse Fundo igualmente o Fundo de infraestrutura ou o Fundo com participação popular, também, que ajudará a direcionar e a melhorar a qualidade dos investimentos.

Em relação aos Fundos regionais, como eu disse antes, eu acho que para mim, na minha visão, essa é a grande inovação que essa lei traz, porque Mato Grosso tem um histórico de ser pioneiro em muita coisa.

Eu fui criado em Cuiabá e em Primavera do Leste, uma cidade aqui dentro de Cuiabá, a minha família tem fazenda lá, e vi chegar o asfalto, a luz, o telefone, vi Mato Grosso se transformar e assim foi por todos os Estados. Mato Grosso tem uma história muito recente de transformação, uma história muito recente de inovações. E muitas das inovações que foram feitas, inclusive uma delas o próprio FETHAB, contribuíram de maneira significativa para o nosso desenvolvimento. Uma delas fora os consórcios para construção de rodovias, que possibilitaram que muitas das rodovias que temos hoje em Mato Grosso fossem construídas. Consórcios que foram feitos com a participação do Governo do Estado, à época, e também dos produtores que doaram sacas de soja, dinheiro, fizeram todo tipo de contribuição para que hoje tivessem as rodovias construídas.

Eu já fiz uma enquete com esses produtores, com esses Prefeitos, com essas lideranças que vivem em torno das rodovias e nenhum, nenhum, nem de longe se arrepende, nem de longe se arrependem daquelas sacas de soja, daquela contribuição dada para que aquela rodovia fosse construída, porque aquilo mudou a vida, mudou a economia, mudou a realidade de regiões de Mato Grosso e mudou Mato Grosso para sempre.

Então, essas inovações, Deputado Oscar Bezerra, precisam ser aperfeiçoadas.

A vida nos traz a responsabilidade de pegar boas ideias e melhorá-las.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Hoje, como disse, não dá para ficarmos adotando o mesmo sistema que Vossa Excelência adotou há quinze anos em Sorriso, que passava de fazenda em fazenda pegando, porque as pessoas não têm a mesma confiança.

Mato Grosso cresceu, nem todo mundo se conhece como se conhecia antes e é preciso se institucionalizar esses mecanismos que funcionaram no passado.

É isso que nós estamos trazendo aqui. Vejam o racional por trás dessa proposta!

Eu tenho aqui um quilômetro de rodovia; um quilômetro de rodovia, que em média, vamos dizer assim, custe um milhão de reais. Alguns, como o Ferronato, podem dizer: “Não! É meio milhão, é setecentos mil de reais, é seiscentos mil reais.”. É um exemplo hipotético de um milhão de reais para um quilômetro de rodovia. Um milhão de reais em um quilômetro. Um quilômetro de rodovia tem uma área de abrangência que eu posso dizer de vinte quilômetros para um lado e vinte quilômetros para outro, que são as propriedades, são as cidades, são as vilas, são as populações diretamente ou indiretamente atingidas por essa benfeitoria, por essa infraestrutura. Se eu pegar vinte quilômetros para cima e vinte quilômetros para baixo desse um milhão e fizer uma área, eu tenho para cada quilômetro de rodovia um impacto, direta ou indiretamente, de quatro mil hectares de área. E se eu pegar esse um milhão de reais e dividir por quatro mil hectares, eu tenho aqui uma conta mágica que diz que se cada proprietário pagasse duzentos e cinquenta reais uma vez só na vida para cada hectares que ele tem, Joci Piccini, você teria uma rodovia pavimentada a cada quarenta quilômetros em Mato Grosso.

O ponto mais distante, Deputado Baiano Filho, que se teria de uma rodovia seria vinte quilômetros, como é talvez hoje, não nos Estados Unidos, mas seria bem próximo de lá, porque lá é de uma em uma milha. Aqui seriam quarenta quilômetros, se cada um pagasse duzentos e cinquenta reais.

Mas nós não podemos. Isso aqui é um exemplo hipotético.

Não há como ainda a SEFAZ, nem a receita - o Bernardes, da Receita Federal, sabe disso - você passar e cobrar, de uma maneira bastante simples ou efetiva, dessas pessoas, porque não há um cadastro rural, temos questões fundiárias. Enfim, temos muitas questões que precisam ser resolvidas ainda.

Mas isso nos dá uma dica de que se todo mundo contribuir, fica barato para termos a infraestrutura que precisamos, Deputada Janaina Riva. Esse é o espírito.

Por isso estamos trazendo aqui na proposta a criação dos Fundos Regionais, que são essas parcerias antigas já feitas de uma maneira diferente, de uma maneira do século XXI, uma maneira institucionalizada por lei, que esta Casa vai ter a oportunidade de cancelar, de aprovar, de debater, de emendar e de contribuir, com certeza, para que isso seja melhor ainda do que estamos propondo aqui.

Como é a ideia?

Além da contribuição básica do FETHAB, será instituída uma contribuição adicional a esse Fundo. Essa lei é um mecanismo que permitirá aportes adicionais por tempo limitado. Essa contribuição seria só sobre as *commodities*, porque o óleo diesel é outra sistemática, só sobre as *commodities*, na base tributária do FETHAB, na mesma proporção.

Os Fundos regionais serão destinados para projetos específicos de transportes de abrangência regional.

Não dá para fazer isso por município. A SEFAZ não conseguiria implementar essa complexidade de uma sistema de arrecadação com essa complexidade, mas regiões nós conseguimos. Você pode ter abrangências regionais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Dentre os projetos de transporte pode incluir pontes, podem incluir restauração, construção, enfim, vários tipos de obras podem estar previstas nesse novo modelo.

Para ser criado o Fundo regional, isso é muito importante, deverá ter aprovação do Conselho do FETHAB e deverão ser feitas Audiências Públicas nas regiões para apresentar esse Fundo e essa proposta.

Podem ser criados vários fundos, mas somente um Fundo por região.

Importantíssimo: cada Fundo Regional tem data para começar e data para acabar. Terá também no seu bojo atrelado a projetos específicos e será arrecadado e colocado numa conta corrente específica daquela região.

Não haverá riscos, nobres Deputados, Prefeitos - vocês que precisam tanto dessa infraestrutura -, de ter esse recurso alocado em outras finalidades que não sejam aquelas específicas definidas em assembleia, em Audiência Pública, porque aquela arrecadação de um real a mais, ou de cinquenta centavos a mais por saca de soja será carimbada para aqueles projetos específicos que serão feitos naquela região.

Aqui um exemplo de como pensamos esses Fundos Regionais: aqui uma região hipotética no centro de Mato Grosso, médio-norte de Mato Grosso, centro do Estado. Tem aqui uma rodovia, três pontes, três viadutos, enfim, são quatro projetos qualquer, Deputado, uma rodovia, uma restauração, quatro pontes, enfim. Esses projetos serão analisados e eles custam, vamos dizer que, trezentos milhões de reais.

Daí nós vamos no Brustolin e perguntamos: Brustolin, tem como nós pegarmos um empréstimo para fazermos isso aí? “- Não!” Tem como trazer os chineses para investirem nisso aí, um fundo? “- Não!” Tem dinheiro do FETHAB para investir nisso aí? “- Não!”

Então, nós faremos o seguinte: nós vamos lá, conversaremos com aqueles que contribuirão.

Perguntaremos: vocês querem contribuir por três anos com um real a mais, ou cinquenta centavos a mais, por saca de soja, por boi, enfim, dobrar, aumentar em 50% a sua contribuição que já é feita hoje, com a garantia de que esse recurso vá integralmente para essas quatro obras e resolvam um problema que possivelmente não será resolvido pelas próximas décadas ou por vinte anos?

Eu já estive rodando o Estado e sei que muitos lugares, muita gente está sonhando com essa possibilidade.

Os produtores, como os da região dos baianos, Deputado Baiano Filho, que pagam dois, três reais a mais por saca de soja ou por saca de milho ou não conseguem nem produzir o milho, porque é inviável, quanto eles não pagariam para ter essa rodovia do guardanapo feita, quanto não pagariam para ter a MT-322, antiga BR-080, Prefeito Sinval, para ter essa rodovia pavimentada? Esta é a pergunta.

Uma vez feita essa análise pelo Conselho, uma vez feita a análise da viabilidade dessas obras e quantos isso custaria, vamos ao interior, vamos às bases e vamos fazer assembleias e audiências públicas e perguntar: é possível; é viável, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Zé Domingos Fraga? Vocês topam pagar um pouco a mais com a garantia de que essas obras serão feitas? E serão feitas mesmo, porque esse recurso é carimbado! Sim ou Não? É uma decisão do nosso dia a dia; uma decisão que nós enfrentamos todos os dias, de quem mora em condomínios, de quem vive em condomínios, de quem vive em associações. Volta e meia eu vou a uma assembleia do meu condomínio e sou abordado pelo meu síndico para perguntar se eu quero pagar quinhentos reais a mais por mês para ter uma piscina. E o condomínio decide. O síndico quis dizer: Com os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

quinhentos reais, Marcelo, que você já paga hoje, eu pago a segurança; eu pago a limpeza; eu pago a portaria. Se você quer ter uma piscina no seu condomínio, você vai ter que pagar quinhentos reais a mais, cada um, durante doze meses, porque, senão, não teremos piscina. Senão, não vamos ter estradas. É simples assim! É um sistema mútuo, um sistema de colaboração conjunta que todos participam de maneira igual.

Uma vez aprovada a Audiência Pública, nós instituímos essa cobrança, as obras acontecem e nós teremos o compromisso de entregar o que foi combinado nessas audiências e pelo Conselho, conforme está previsto na legislação.

Como eu disse e repito, eu não conheço ninguém que contribuiu com alguma rodovia no passado, com a construção, e que se arrependeu. Ninguém! Ninguém!

Nós fomos pioneiros nesse modelo, Leane. Mato Grosso foi pioneiro.

Mato Grosso é um Estado de vanguarda e precisa continuar na vanguarda. Esse é um projeto de vanguarda. É um projeto inovador. É um projeto que vai...

Como disse o Governador Pedro Taques, não somos reféns dessa crise, mas para não sermos reféns da crise temos que propor a solução e construir a saída dela.

A construção da saída passa por nós, Sr. Paulo Aguiar, passa por nós. Ou nos fazemos ou ficamos sentados esperando alguém fazer e eu posso garantir que ninguém vai fazer.

Por fim, eu quero fazer algumas conclusões em relação a esse projeto.

Eu primeiro lugar, a situação atual do FETHAB é insustentável, porque não há recursos suficientes, hoje, para fazer frente aos enormes investimentos que Mato Grosso necessita, Prefeito Pitucha, fazer nesse futuro.

A economia mato-grossense tem poder e potencial para crescer muito mais. Qualquer um que entende e conhece Mato Grosso sabe disso.

Mato Grosso poderia ser muito maior, muito mais forte e muito mais importante se tivesse, Alexandre Schutz, a logística que merecemos ter.

O FETHAB mantém os seus objetivos originais que são transporte e habitação. O transporte e a habitação são os objetivos originais da FETHAB e se manterão dessa maneira, fortalecendo a parceria com as prefeituras e, também, com as comunidades locais.

Os Fundos de Transportes Regionais serão na minha visão os grandes veículos, Deputado Wilson Santos. Esses Fundos Regionais serão os grandes veículos de investimento no Estado de Mato Grosso nesse futuro próximo. Eu não vejo outra alternativa. Juro que não vejo!

Ou fazemos isso, Jorge Pires, ou vamos ver o bonde passar.

Os fundos regionais, também, terão outra finalidade muito importante: eles permitirão a concentração e aplicação dos recursos do FETHAB normal em regiões mais carentes, em regiões que precisam, que, de repente, regionalmente nem se cotizassem não conseguiriam fazer frente ao que precisa. Poderemos concentrar esses recursos nas regiões mais pobres que precisam desses recursos e, talvez, não teriam se não tivessem os fundos regionais.

E, por último, essa regra mantém e garante recursos às prefeituras.

Sr. Presidente da AMM, Neurilan Fraga, eu quero lhe dizer que houve uma preocupação enorme em garantir esse recurso e mais que preocupação houve uma determinação do Governador para que isso fosse feito.

O Governador determinou duas coisas: que os municípios não perdessem e que os municípios tivessem a possibilidade de investir em obras urbanas. Nós trabalhamos com carinho esse projeto para atingirmos esse objetivo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER
EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E
HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Eu sei da queixa em relação ao óleo diesel, de se fazer aqui ou ali, mas eu garanto para vocês que dinheiro não tem carimbo e essa mudança é uma mudança técnica, porque só assim conseguimos liberar a parte de infraestrutura do FETHAB 100% para investimentos. Nós desoneramos em 100% o FETHAB. Só seria possível com esse desenho que foi feito.

Esse desenho que foi feito representou, pelo menos, mais cento e cinquenta milhões de investimentos ao ano sem aumentar em um centavo a arrecadação, Deputado Wilson Santos, porque foi uma mudança técnica proposta pela equipe da SEFAZ, da SEPLAN e o nosso querido Everaldo, do Gabinete do Governador, que foi o nosso consolidador na parte jurídica dessa legislação.

Eu agradeço!

Eu tenho certeza que esse projeto...

Como disse o Secretário Marrafon, não temos compromisso com o erro. Estamos prontos para o debate. Eu acho que o debate aqui é um debate sobre Mato Grosso, sobre desenvolvimento e sobre o futuro que queremos.

E o futuro que queremos, Deputados, Prefeitos e lideranças aqui presentes, não tenho dúvida, nós temos que construir. Não virá construído para nós. Nós temos que construí-lo. Essa é uma proposta do Governo do Estado para iniciarmos essa discussão.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Secretário Marcelo, pela exposição.

Eu quero agradecer a presença maciça dos prefeitos e dizer a Vossas Excelências que podem analisar, prestar atenção, depois pegar a lei e procurar os Deputados, porque os Deputados farão emendas para finalizar essa lei. Esse é o objetivo desta primeira Audiência Pública, porque vamos ter outra, uma segunda Audiência Pública. Então, é a oportunidade do debate, da discussão com os Deputados.

Eu quero agradecer a presença do Prefeito Valdenir, de Nova Ubitatã; Vereador Rincon, Vice-Presidente da Câmara de Colíder; Ademir Gaspar de Lima, Prefeito de Jaciara; Arcílio Jesus da Cruz, Prefeito de Acorizal; Ronaldo Martins, representando o Prefeito de Novo Santo Antônio do Leste; Clair Guariento, representando o Prefeito de Primavera do Leste; Jane Rocha, Prefeita de Poxoréu; João Antônio de Oliveira, Prefeito do Município de Novo Horizonte do Norte; Valcir Batista, Presidente do Sindicato Rural de Ipiranga do Norte; Magali Vilela, Prefeita de General Carneiro; Adalto Zago, Prefeito de Apiacás; Nilson Santos, Prefeito de Colíder; Ilma Grisoste, Prefeita de Sapezal; Leuzipe Domingues, Prefeito de Alto Boa Vista; Marcos de Sá, Prefeito de Santa Cruz do Xingu; Odoni Mesquita, Prefeito de Torixoréu; Leonardo Farias, Prefeito de Novo São Joaquim; Gaspar Domingos, Prefeito de Confresa; Hugo Garcia, Prefeito de Santa Rita do Trivelato; Odair José, Prefeito de Alto Paraguai; Mauro Rosa, Prefeito de Água Boa; Gilmar Wentz, Prefeito de Querência; Cezalpino Mendes, Prefeito de Alto Garças; Jeovan Faria, Prefeito de Campinápolis; Zé Mauro, Prefeito de Arenápolis; João Balbino, Prefeito de Rosário Oeste.

Eu vou limitar um tempo aqui, porque vamos ouvir também os Prefeitos, Deputados, para as exposições. Vamos conceder três minutos para cada um que for falar.

Concedo a palavra agora ao Presidente da AMM, Sr. Neurilan Fraga.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor intercalasse, chamasse um da mesa e u Prefeito, porque nós Deputados temos dez, quinze, vinte, trinta dias para discutir e os Prefeitos têm mais dificuldade. O.k?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

O SR. NEURILAN FRAGA - Boa tarde a todos!

Primeiro, eu queria pedir mais regime de clemência a presença da mesa, que enquanto o Governo ficou aqui uma hora expondo, o senhor quer me dar três minutos para eu defender os municípios.

Eu não concordo. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Na verdade, Sr. Neurilan, o senhor terá mais tempo.

O SR. NEURILAN FRAGA - Obrigado pela compreensão.

Eu quero saudar aqui todos os Deputados, em nome do Deputado Wilson Santos, que propôs esta Audiência Pública para que de fato os Prefeitos tivessem a oportunidade de estar discutindo essa proposta, porque até há pouco não tínhamos conhecimento do que o Governo estava propondo com relação ao FETHAB.

Lamentavelmente, eu gostaria de começar registrando que não houve uma parceria na discussão da proposta. Prefeitos de mil e quinhentos quilômetros de distância vieram para cá, para a Audiência Pública, sem ter o conhecimento do que iriam discutir.

Quem quer fazer um Governo de parceria não pode negar uma discussão com os parceiros.

Eu quero saudar os meus colegas Prefeitos que vieram de longe e aqueles que estão aqui pertinho pela participação; saudar toda a Equipe de Governo, no nome do Secretário, Sr. Paulo Brustolin, e parabenizar o Governo do Estado na construção dessa engenharia, mesmo a quatro paredes, que, de fato, dá certa segurança para aqueles que estão no setor produtivo ou para aqueles que precisam de asfalto, de uma estrada boa, com segurança, onde o custo Brasil pode diminuir e aí produzir com rentabilidade.

Porém, como Presidente da AMM, eu quero colocar algumas situações de não concordância com o que foi colocado aqui.

Primeira, Deputado Wilson Santos, uma proposta que chega no dia 10, à tarde, na Assembleia Legislativa para ser aprovada até o dia 18 é patrolar a Assembleia Legislativa e os parceiros Prefeitos e os segmentos produtivos. Tem de segunda-feira a sexta-feira para ser discutido um tema de tão relevância importância, que se nós tivéssemos discutido com o Governo antes, talvez, aprovaria hoje, ainda. Mas não foi discutido em nenhum momento.

Desde março deste ano o Governo vem falando que está estudando o FETHAB, uma nova proposta.

O Paulo Brustolin é testemunha de que o Governo criou um Decreto criando uma comissão para discutir a nova proposta do FETHAB numa reunião que fizemos lá no Palácio, no mês de março, a qual a Assembleia e a AMM seriam convidados. Mas não fomos convidados. Participamos de uma única reunião lá no início.

Há mais de um mês venho falando todos os dias, é um Secretário dando entrevista, na outra semana é outro Secretário que dá outra entrevista, falando que a proposta está sendo encaminhada para Assembleia Legislativa, cria-se Fundo, destoa-se Fundo e não chamou para a discussão.

Então, não tem como, Deputado Wilson Santos, demais Deputados... Eu gostaria aqui de fazer um pedido em nome dos Prefeitos de Mato Grosso... Não tem condições de discutir essa proposta e aprová-la até dia o dia 12 sem um consenso entre o Governo do Estado, entre os municípios... Vai ouvir depois o setor produtivo e não sei qual é a posição deles. Mas nós pedimos, como Presidente da AMM e os Prefeitos, se não esgotar a discussão, se não tiver um consenso entre

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

município e Estado, que essa proposta não seja aprovada a toque de caixa até o dia 18/12, próxima sexta-feira, daqui, praticamente, a nove dias, tendo ainda sábado e domingo como feriado.

Segundo, não foi discutido... O Secretário Marcelo Duarte esteve na AMM, numa reunião dos Prefeitos, nós o convidamos e ele foi, mas foi duro querer criar um tal de FUTRAN. E nós colocamos: se criar vai possibilitar questionamento Jurídico e aí o FETHAB cai. Resolveram deixar tudo junto, mas não se discutiu mais nada conosco de como seria essa distribuição.

Eu não quero entrar aqui na questão dos Fundos Regionais, porque acho que é uma grande engenharia.

Está de parabéns, Secretário Marcelo Duarte, o senhor e toda a equipe que construiu essa ideia, mas naquilo que tange aos municípios não foi discutido se nós ficaríamos com tanto, se é do diesel, se não é do diesel, o percentual, até porque existe um questionamento com relação ao que estamos recebendo hoje.

Hoje, nós estamos recebendo sobre a égide de um Decreto do Governo que patrolou a Assembleia Legislativa que aprovou um Projeto de Lei, que aprovou a Lei, e ele sobrepõe a Lei. Então, é isso que nós queremos colocar.

Tenho uma transparência que gostaria de mostrar dentro do meu tempo, se assim a Presidência conceber.

Há outras contradições também quando falam que os recursos do FETHAB não podem ser aplicados em obras urbanas. Nós fizemos um compromisso entre nós Prefeitos, junto com o Tribunal de Contas, estabelecendo uma cartilha para cada Prefeito, e eles estão cumprindo rigorosamente a aplicação dos recursos do FETHAB.

Hoje tem Prefeito que me liga e fala: “Neurilan, comprei máquinas que estão no tempo. Posso construir um barracão, uma cobertura, para colocar as máquinas embaixo com o recurso do FETHAB?” Eu falo. Não. É para estradas, recuperação de máquinas, compra de novas máquinas, para pontes e bueiros.

Nós não estamos aplicando em obras urbanas.

O senhor fala que não pode aplicar, mas lá na frente o senhor coloca que a parte do município tem que aplicar 15% em habitação e saneamento - a parte que fica aos municípios. Então, há uma contradição nesse contexto.

E nós não estamos aplicando em obras urbanas. Fizemos uma consulta ao Tribunal de Contas se podemos aplicar e não recebemos a resposta em relação ao Fundo que ainda está vigorando, à lei que está vigorando.

Em relação aos conselhos, o Conselho Estadual do FETHAB não funciona. Poderia estar funcionando este ano. Nós temos os conselhos municipais em quase todos os municípios. Precisamos ainda fazer em todos e fazer com que todos funcionem, porque têm alguns que ainda são fictícios, mas nós fazemos a nossa parte. Estamos fazendo e acredito que já temos mais de 70% dos municípios com Conselhos Municipais criados e alguns funcionando plenamente.

Eu quero passar algumas informações.

Discordamos da proposta, e peço aos Deputados que têm base nos municípios, que prezam os municípios, que valorizam os municípios, que se atentem para isso.

Pelo Projeto de Lei... Eu vou pegar uma transparência rápida. Conforme o decreto, que fere a lei, está na ordem inversa, o Estado fica com 69% e os municípios com 30%.

A lei fala que 50% do que arrecada fica para o Estado e 50% para os municípios.

Dáí eu faço um comparativo para os Deputados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Até agora foram arrecadados em torno de 631 milhões e nós estamos recebendo, de janeiro até outubro 191 milhões.

Pela lei, e tem que ser ela a predominar, nós deveríamos ter recebido 315 milhões. Nós estamos perdendo 124 milhões de reais só de janeiro a outubro.

Por isso não concordamos com essa nova proposta, que divide o que arrecada do FETHAB 60% da contribuição que vem do diesel e dividi-la 50% para os municípios e 50% para o Estado, porque nós estamos tirando do município cento e vinte e quatro milhões só até outubro. Com duas parcelas acreditamos que vai chegar na ordem de duzentos e dez milhões que estamos recebendo, quando deveríamos receber trezentos e quinze milhões.

Então, vejam bem, a nossa posição como representantes dos municípios, numa conversa com quase todos os prefeitos, é a de que nós somos favoráveis à mudança do Fundo, à criação de Fundos regionais, na dobra da contribuição do agronegócio, das *commodities*, somos parceiros inclusive para ajudar lá na base a fomentar a criação desses fundos regionais, porém, a nossa proposta é que sejam os nossos 50% do valor total do FETHAB hoje. Se forem novecentos milhões arrecadados, quatrocentos e cinquenta milhões sejam considerado para esse novo fundo e não só a contribuição do diesel.

Então, veremos alguma forma de amarrarmos para que os municípios não percam o que já perdemos neste ano. Já perdemos até agora cento e vinte e quatro milhões.

Nós não queremos perder essa somatória, até porque, Deputado Wilson Santos, estivemos conversando e o senhor tem elogiado, o próprio Governo do Estado tem elogiado o trabalho que as prefeituras estão fazendo na recuperação das estradas, das pontes e dos bueiros.

Para vocês terem ideia, o Prefeito Lincon hoje na reunião com os prefeitos me falou: “Olha o município contribuiu com mais de dez milhões para o FETHAB. Eu estou recebendo um milhão e meio até dezembro”.

Eu falei; mas você ainda está recebendo um milhão e meio. Até o ano passado você não recebia um centavo do FETHAB. Hoje você estamos recebendo um milhão e meio e está aplicando bem.

Agora, nós não podemos perder isso que a Assembleia Legislativa nos garantiu, que foi a lei que instituiu a partilha do FETHAB.

Tem a partilha do pão na história bíblica, e aqui nós estamos discutindo a partilha do FETHAB.

Então, essa é a nossa posição. Somos parceiros do Estado, somos parceiros da Assembleia Legislativa e dos demais Poderes, do setor produtivo, porém, Marcelo, com todo carinho, com todo respeito, temos que discutir mais, socializar mais as informações. Tratar a todos com isonomia - tratar a todos com isonomia! Nós somos parceiros.

Hoje de manhã você esteve discutindo com o setor produtivo, poderia ter discutido ontem com os municípios, ou semana passada, ou um mês atrás... (PALMAS) É isso que nós queremos.

Nós somos parceiros nessa construção.

O Estado, vocês Secretários, o Governador e o Vice-Governador não vão fazer um estado de transformação se não tiverem a sociedade envolvida, se não tiverem os municípios envolvidos.

Quem faz a educação nos municípios são os prefeitos, quem faz a saúde, quem faz a assistência social, quem faz o desenvolvimento, o investimento público, as políticas públicas, mesmo que seja de responsabilidade do Estado, são os municípios.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Nós temos, sim, que ser convidados para a mesa antes de uma audiência Pública, antes uma discussão igual a essa.

Já imaginou vir para uma Audiência Pública e não ter o projeto que se vai discutir?

Já há algum tempo vem falando que está encaminhando para a Assembleia Legislativa, semana que vem, terça-feira, quinta-feira. Eu já vim várias vezes aqui aos gabinetes para ver se já tinha a proposta aqui.

Então, essa parceria é preciso fazer!

Eu reclamo isso aqui, estou reclamando, porque estamos sentindo isso.

Nós somos parceiros. Eu não tenho dificuldade nenhuma, ainda não tenho dificuldade, de falar com o Paulo Brustolin. Não sei se a partir de hoje passo a ter.

Mas é complicada a relação, Deputado Wilson Santos, Vossa Excelência como Líder do Governo. Está muito complicada essa relação, essa parceria. E aqui, publicamente, quero externar isso.

O sentimento não é do Neurilan, porque se fosse do Neurilan eu iria falar: estão recuperando estradas, MTs em outras regiões e aquela de Diamantino para Nortelândia é só buraco, que desde o início do Governo eu estou reclamando que precisa recuperar, que é por onde passa dez ônibus carregando aluno à noite para a Universidade de Diamantino; onde passam quinhentos trabalhadores Nortelândia/Arenópolis que vão trabalhar na JBS em Diamantino e aquele pedaço em Alto Paraguai não é recuperado e eu já reclamei, já pedi, e não é de agora. Isso se eu estivesse reclamando da minha parte - indiretamente já reclamei -, mas estou falando de sentimentos dos demais gestores.

Queremos estreitar parcerias, ser parceiros do setor produtivo, ajudar na criação dos Fundos Regionais, discutir com a sociedade, discutir com a sociedade, isso nós queremos, e até mesmo participar. Há municípios que já têm uma equipe, equipamentos, uma frota de equipamentos razoáveis e, de repente, estabelecer uma parceria para ajudar na recuperação dessas estradas estaduais, mas nós precisamos ter a mão estendida.

Uma proposta tão importante como essa chegar ao Presidente da AMM, aos prefeitos que vieram de tão longe... Estou vendo o Prefeito do Araguaia, do Norte Araguaia, o Prefeito Gaspar, o Prefeito Natanael; de Querência, o Prefeito Gilmar. Enfim, vieram de tão longe e estão me questionando desde a semana passada: “E aí cadê a proposta? O que nós vamos discutir?”. É ruim isso. Não está republicando essa atitude.

Então, eu gostaria, mais uma vez, de pontuar: nós queremos discutir exaustivamente que tenha um entendimento entre o Município, Estado e a Assembleia Legislativa e, talvez, o setor produtivo falará na sua hora. Eu não quero entrar nesse mérito. Segundo, que a base seja os 50% da Lei e não do Decreto, até porque o Decreto não pode ferir a Lei; terceiro, somos parceiros em todos os momentos.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Neurilan Fraga, pela participação.

Eu devo repetir para Vossa Excelência o que eu falei para o Deputado Coronel Taborelli há pouco: o tempo não é semana que vem. O tempo vai ser nosso, dos Deputados, para discutirmos amplamente isso. Se for preciso adentrar o mês de janeiro, vamos entrar nessa discussão. Se exaurirmos o assunto na semana que vem, tudo bem, senão, continuamos a discussão; vamos trabalhar em janeiro e aprovar em janeiro, sem problema nenhum.

Com a palavra o Exmº Secretário Paulo Ricardo Brustolin.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN - Em primeiro lugar, boa tarde a todos, senhoras e senhores presentes.

Eu gostaria de cumprimentar todos os Deputados presentes em nome do Deputado Eduardo Botelho, Presidente da mesa; cumprimentar todos os prefeitos, alguns fizeram mais de mil quilômetros conforme falou o Presidente da AMM, Sr. Neurilan, em seu nome, meu amigo Prefeito Neurilan Fraga; cumprimentar os meus colegas Secretários de Estado aqui presentes e todas as autoridades que aqui se encontram.

Senhores, eu escutei aqui atentamente a sua fala, Neurilan, e quero, em rápidas palavras, trazer um posicionamento do Governador do Estado.

Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar, mais uma vez, todos os Secretários de Estado que se envolveram com esse Projeto. Esse Projeto foi dentro do Governo, entre as Secretarias, exaustivamente debatido, porque não é somente uma proposta que tem um grau de complexidade mexer na legislação do FETHAB, como muito bem colocou o meu colega Marcelo Duarte, da SINFRA, mas tem uma questão também que envolve uma coisa chamada responsabilidade com o Estado de Mato Grosso.

Prefeito Neurilan, eu gostaria de colocar, no início da minha fala, o seguinte a Vossa Excelência: a democracia é assim. Jamais as portas da Secretaria de Fazenda estarão abertas a Vossa Excelência, meu amigo, porque está se posicionando aqui. A democracia passa pelo ponto de concordância e discordância. É com esse debate que avançamos para frente. Essa é a ideia.

Eu, também, gostaria de lembrá-lo, de lembrar os senhores aqui presentes, que o Governador Pedro Taques tem sido não só o Governador do Estado, mas um homem incansável em fazer todos os atendimentos possíveis dentro do seu expediente. Eu sou testemunha que em alguns momentos vi o Governador trabalhar mais que 16h por dia, no sábado e no domingo, em prol do Estado de Mato Grosso. Eu, também, presenciei inúmeros atendimentos aos Prefeitos deste Estado de Mato Grosso. Que eu me lembro foi um dos únicos governadores que reuniu mais de cem Prefeitos dentro do Palácio do Governo.

Então, é importante, vamos dizer, fazermos esta lembrança para que tenhamos a clareza do caráter democrático do Governador Pedro Taques.

Outro ponto importante de enfatizar é que se colocou aqui a questão das possíveis perdas dos municípios. Falou-se aqui de um decreto, mas quero deixar claro e público para que fique gravado na história desta Audiência Pública que esse Decreto não foi feito dentro do Governo Pedro Taques. Esse Decreto foi assinado no ano de 2014, se não me falhe a memória.

E dizer, também, Prefeito Neurilan, que no início do ano, quando começamos os debates, o Governador Pedro Taques prontamente atendeu as vozes dos Prefeitos e não se furtou, mesmo numa situação de caixa difícilíssima pelo qual passou o Estado de Mato Grosso no ano de 2015, do qual eu sou testemunha, porque estou ali e o Tesouro faz parte das minhas competências, tenho lá um brilhante Adjunto...

E quero mandar um abraço para o Carlos Rocha que é um homem incansável, um servidor público incansável, assim como o Adilson Rubens, que está aqui, Secretário Adjunto da Receita, que me substituirá daqui a pouco, porque eu tenho um compromisso, conforme eu avisei à mesa no início quando cheguei aqui.

Eu gostaria de dizer que o Governador Pedro Taques não se furtou e ao longo do ano de 2015 está, sim, repassando para os caixas das prefeituras aquilo que é de lei e totalizará dentro do ano de 2015 mais de duzentos e dez milhões de reais que poderiam, se o Governador não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

fosse democrata; se o Governador não fosse um homem legalista; ter ficado dentro dos cofres do Tesouro para que essa política fosse conduzida de outra maneira.

Esses repasses são feitos, Prefeito, rigorosamente no dia 10. Isto é importante deixar registrado.

Eu, também, gostaria de lembrar e colocar que o Governo do Estado tem feito um trabalho incansável com o Governo Federal no que diz respeito à possibilidade de fazermos empréstimos e viabilizarmos a infraestrutura que é tão importante no Estado de Mato Grosso, mas eu não tenho dúvida que todos os senhores sabem o momento que passa o nosso País. O nosso País passa por um momento muito difícil.

Hoje, o Estado de Mato Grosso, assim como qualquer Estado do Brasil, se precisar fazer empréstimo de um real, tem que pedir autorização no STN. Vem sendo assim ao longo dos anos. E hoje temos a situação agravada por causa da situação fiscal do Brasil.

Eu, também, quero enfatizar que a legislação do FETHAB, que estamos, hoje, tendo oportunidade de fazer a primeira discussão, e conforme o Deputado Eduardo Botelho lembrou teremos outra Audiência Pública, teve um marco. Que marco é esse, essa revisão? Foi uma pergunta feita no início do ano.

Eu pergunto aos senhores produtores que estão aqui, aos senhores prefeitos, aqueles que têm investimentos no Estado de Mato Grosso, que possuem propriedades, que têm seus negócios: qual o custo que cada um dos senhores que pagam tem por não ter uma infraestrutura? Qual é o custo que nós temos por não fazer? Qual é o custo que o Estado de Mato Grosso terá por não seguir um projeto como esse tão bem elaborado pela Secretaria de Infraestrutura do Estado?

Eu não tenho dúvida que o dia que o Estado de Mato Grosso tiver a logística que o Secretário Marcelo acabou de apresentar aqui com muita propriedade, este Estado valerá muito mais; as nossas propriedades valerão muito mais; os investimentos que aqui estão serão multiplicados. Por que isso? Porque este Estado é um celeiro para o mundo. Não é só um celeiro só para o Brasil, é para o mundo.

Então, nós precisamos ter a coragem e encarar isso de frente. E é evidente que não é só o FETHAB que vai resolver os problemas de infraestrutura. Toda integração dos modais ferroviários, hidroviários, rodoviários, é importante para que o Estado tenha um novo sistema de logística.

Agora, o FETHAB é realmente uma boa ideia, é uma ideia que provou, que deu certo e está sendo aperfeiçoada, é uma tentativa e uma demonstração de busca de aperfeiçoamento pelo Governo Pedro Taques.

Então, nós estamos, sim, correndo muito atrás de empréstimos, atrás de PPPs, como o Secretário Marcelo falou aqui. Eu sou testemunha do empenho do Vinícius de Araújo, Presidente do MT-PAR, do Secretário Marrafon, do Secretário Seneri, que recentemente visitou a China, inaugurando lá um escritório, uma base do Estado de Mato Grosso para que não só possamos captar investimento, mas, como mostrar que o Estado de Mato Grosso, sim, é um Estado que tem um grande potencial para amplos negócios.

Eu queria fechar a minha fala com mais duas questões: primeiro, eu gostaria de dizer para todos os Prefeitos, aqui, como Secretário de Fazenda, cargo que ocupo neste momento, desempenho esse papel contribuindo dentro do Governo Pedro Taques, tanto os municípios deste Estado quanto o Estado de Mato Grosso hoje, em minha opinião, é vítima do Governo Federal. E eu não posso me esquecer de fazer essa colocação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER
EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E
HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Por que faço isso? Eu faço essa colocação de que somos vítimas da condução da política do Governo Federal, porque o Estado de Mato Grosso, para os senhores terem uma ideia, e os municípios também, ainda, não receberam a totalidade do fundo de exportação de 2014. É brincadeira o que estão fazendo com os municípios e com o Estado de Mato Grosso! (PALMAS)...

Senhores, eu tenho conversado com todos os Deputados Federais, quase sem exceção, e com os Senadores que representam o Estado de Mato Grosso, e sei que são homens aguerridos que estão lá lutando por este Estado, agora, é brincadeira, o FEX de 2014 não está na nossa conta ainda.

E eu vou falar para os senhores, nós fizemos muita ginástica para manter as coisas em funcionamento este ano.

Prefeito Neurilan Fraga, quando se fala do FEX de 2015, o senhor esteve lá em Brasília, sei que lutou muito por isso também, conversou comigo na semana passada... Não foi, Prefeito? O senhor me visitou lá, tomou um café comigo lá na Secretaria de Estado Fazenda.

O FEX de 2015, Prefeito Neurilan Fraga, podemos esquecer, não vai entrar em dezembro.

Nós vamos ter que lutar muito, Deputado Oscar Bezerra, Deputado Wilson Santos, Deputado Pedro Satélite. Por que, Deputado Baiano Filho, vamos ter que lutar? Sabe por quê? Porque, senão, nós vamos levar o calote no FEX de 2015.

E quanto de recursos nós estamos falando? Nós estamos falando de quatrocentos e cinquenta milhões de reais. Mais de cem milhões de reais deveriam estar dentro do caixa das prefeituras. Quase quatrocentos milhões de reais, mais de trezentos milhões deveriam estar dentro do caixa do Governo do Estado. E mesmo sem esse recurso o Governo Pedro Taques não se furtou a cumprir seus compromissos. Não se furtou, senhores.

Então, eu quero fechar a minha fala dizendo o seguinte: a Assembleia Legislativa é soberana. Eu tenho certeza que esta Casa de Leis, com a grande qualidade dos nossos homens públicos aqui, não vai se furtrar a um amplo debate. E o Secretário Paulo Taques deixou isso muito claro, hoje na reunião com quase a totalidade dos Deputados, a independência dos Poderes e o que o Executivo pensa sobre isso. Mas nós não devemos nos pautar pela divisão.

Eu vou repetir o que falei: nós não devemos nos pautar pela divisão, nós devemos nos pautar pela união, porque o que está em jogo na aprovação de uma Lei como essa do FETHAB não é o Estado, não são os municípios, é Mato Grosso. Como será o futuro do nosso querido Mato Grosso?

Quando eu ando nos Estados Unidos e vejo aquele meio Oeste Americano produzindo, lá tem tornado, lá tem intempéries, aqui nós não temos.

Deputado Wilson Santos, eu pergunto: por que nós não podemos ter uma infraestrutura descente neste Estado que tem uma posição geográfica privilegiada no mundo?

Então, senhores, para fechar eu acho que nós não devemos nos pautar pela divisão, nós temos, sim, que nos pautar pela união.

Eu espero que esse amplo debate que vai acontecer agora, principalmente dentro da Assembleia Legislativa, possa contribuir para que o nosso Estado de Mato Grosso seja aperfeiçoado.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Secretário, pela exposição muito bem colocada e muito bem entendida.

Com a palavra, o nobre Deputado Baiano Filho, que dispõe de três minutos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER
EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E
HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

O SR. BAIANO FILHO - Boa tarde a todos e a todas!

Saúdo o nosso Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, conduzindo a nossa Audiência Pública, e em seu nome todos os companheiros Deputados que se fazem presentes; em nome do Secretário Marcelo, saudar toda a Equipe de Governo que aqui está; saudar os Prefeitos, em nome do Presidente da AMM, querido Prefeito Neurilan; saudar os Vereadores e, enfim, os que nos acompanham.

Eu quero agradecer ao Deputado Wilson Santos, Líder do Governo, por ter feito a alteração para fazer uso da palavra agora. Eu era o segundo inscrito e tenho um compromisso na sequência, ele compreendeu.

Eu, felizmente, tive a satisfação de conhecer praticamente 99,99% das rodovias do Estado de Mato Grosso. Eu gosto de andar, de percorrer e ver as estradas quando estão ruins e boas, gosto de trazer os problemas para dentro do Governo.

Eu tive a satisfação de participar, Marcelo, dos momentos de construção de grande parte dos consórcios rodoviários idealizados no Estado de Mato Grosso, com o ex-Governador Blairo Maggi e com o Secretário Pagot, que, certamente, foi muito prudente a sua fala, ninguém se arrependeu. O que a produção sai, o insumo entra, mais do que isso, as propriedades se valorizaram de forma muito forte.

Agora, nós tivemos o ano de 2015 de muita apreensão. Houve erros. Acredito que o Governo conversou pouco. Talvez, uma estratégia para tentar construir o melhor projeto, mas conversou pouco.

É verdade, a Assembleia Legislativa, nós não estamos aqui para causar nenhuma insatisfação, somente hoje recebeu o Projeto, como a AMM, como todos, mas, também, é oportuno dizer que nós vamos nos debruçar em cima desse Projeto importante, valoroso, que busca legalizar em uma ação que o futuro das outras estradas que precisam ser pavimentadas não ocorra como no passado, que os primeiros passos foram dados, onde uma meia dúzia participava, na hora de levantar a mão todo mundo queria e na hora de colocar a mão no bolso todo mundo fugia e tem gente com conta até hoje para pagar.

E quando a nova proposta é apresentada, com certeza a decisão final de Audiência Pública vai consolidar de forma muito forte o objetivo a ser alcançado.

E durante esse ano de expectativa, Neurilan, eu posso dizer - até porque eu tive a liberdade de chamar um prefeito amigo ao meu gabinete - que não só eu, mas nenhum Deputado do Estado de Mato Grosso, desde o início, teve o pensamento em permitir, até porque muito fuxico existiu, nós temos essa mania de fuxico, de que o Governo poderia tirar o FETHAB dos municípios.

A Assembleia Legislativa não permitiria isso por alguns motivos: primeiro, por entender que o Estado é Estado, o município é município, precisamos andar juntos, precisamos desenvolver com o foco de atendimento ao cidadão, mas, acima de tudo, esse FETHAB que está aí sendo colocado para a sociedade mato-grossense, para os prefeitos, e com um Governador legalista, que cumpre a lei, faz o repasse, nasceu dentro desta Casa. Ele nasceu aqui, e eu sou um político que gosta de ser justo, com a aprovação unânime do Parlamento Estadual, mas de um projeto idealizado, gostem ou não gostem, do ex-Deputado Presidente desta Casa, Deputado Estadual José Riva, que debateu, que conversou, que nos convenceu... (PALMAS) ...hoje esquecido, outro momento, mas esta Casa teve a sabedoria de entender que os municípios precisavam ser amparados. E assim o fez.

Agora é um novo momento, uma nova discussão, o projeto chega hoje na Casa, a Assembleia Legislativa está pronta para isso, vai conversar com a AMM, vai conversar com os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

prefeitos, vamos sentar quantas vezes forem necessárias para que juntos tenhamos uma decisão final que venha ao encontro do cidadão, como bem colocou aqui o nosso Secretário Paulo Brustolin.

Então, os senhores podem sempre contar conosco.

O FEX é um desafio que temos pela frente a ser conquistado ainda, e se a Bancada não bater duro novamente, vamos receber o FEX 2015 só no final de 2016, quando boa parte dos prefeitos já estará arrumando suas malas, em final de seus mandatos, porque muitos não vão evidentemente para a reeleição.

Eu queria, ao finalizar, Neurilan, dizer que a Assembleia Legislativa fará a sua parte. A Assembleia Legislativa não será patrolada. A Assembleia Legislativa tem homens aqui que representam todas as regiões do Estado de Mato Grosso. Eu sou do Norte e hoje trabalho muito na região do Araguaia, desamparada ao longo da história, que hoje cresce pela força da sua gente, pela força da sua produção.

Mas quero aqui, Secretário Marcelo, deixar um pedido especial. Independentemente do projeto, e vamos aprová-lo, e vamos chegar ao consenso, vamos ajudar as prefeituras - inteligente a proposta de permitir que os recursos sejam aplicados também dentro dos municípios, isso é louvável, os prefeitos reclamam disso - eu gostaria muito que fosse prioridade deste Governo, mesmo com a lei que vem que vai permitir que regionalmente se cobre um novo imposto específico para aquilo, que o Governo do Estado de Mato Grosso não abra mão, independentemente da nomenclatura, Cem por Cento Integrado, ou Pró-Estrada, porque temos ainda no dia de hoje, 10 de dezembro de 2015, cidades de Mato Grosso como Tesouro, cidades de Mato Grosso como São José do Xingu, como São Félix, como Luciara, e tantas outras, que ainda não têm a sensação do sonho ser realizado. Muitas delas, a grande maioria... Felizmente, felizmente... Houve erros para trás, mas felizmente houve acertos também, porque o BNDES, num trabalho forte do Governo anterior, que teve os seus defeitos, mas não podemos deixar de citar as suas virtudes, acabou consolidando um grande programa de pavimentação que vai permitindo que consolidemos a concretização dos sonhos de grandes municípios do Estado de Mato Grosso, mas temos municípios que estão fora do programa, Secretário Marcos, ou por falta de licenciamento, ou o projeto chegou atrasado, ou não deu tempo de ir para o banco, e essas cidades, que precisamos cada vez mais asfaltar, estão fora. Mas não fazer justiça integrando definitivamente todos os municípios do Estado de Mato Grosso nós estaremos cometendo um grande erro.

Aripuanã quer o asfalto; Colniza, independente da MT-174, quer o asfalto; bem como todas as cidades que não estão contempladas. Nós precisamos focar nessa linha.

Parabéns, Deputado Wilson Santos, pela Audiência Pública, que seria realizada de qualquer forma, mas é prudente, os prefeitos aqui estão, e nós teremos, como bem colocou o nosso Presidente em exercício, Vice-Presidente da Casa, nós temos esta semana, temos a semana que vem e já definimos um calendário de volta para o dia 12 de janeiro, se necessário for, não só para este Projeto de Lei, mas para outros importantes, mais sete que chegaram hoje à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Contem comigo! Contem sempre com a nossa Casa, a Assembleia Legislativa!
(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Baiano Filho, obrigado pelas colocações e participação.

Atendendo ao pedido do Deputado Pedro Satélite, vou fazer uma intercalação entre um Deputado, plateia, Prefeitos e entidades de classe.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Com a palavra, o Sr. Ricardo Tomiziski da APROSOJA, para fazer uma exposição, dispondo de três minutos.

O SR. RICARDO TOMIZISCKI - Boa tarde a todos.

Eu quero, inicialmente, cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Eduardo Botelho; o Deputado Wilson Santos, que foi o idealizador desta Audiência Pública e nos convidou a participar, e quero agradecê-lo, Deputado Wilson Santos, pelo convite; em nome desses dois nobres Deputados estendo meus cumprimentos a todos os Deputados, Prefeitos, Secretários e demais autoridades presentes.

Quero cumprimentar os produtores, as produtoras, os cidadãos que estão aqui participando desta Audiência Pública.

Uso da palavra agora basicamente para pontuar algumas demandas do setor produtivo que já são bastante antigas em relação ao FETHAB, que felizmente evoluíram e nesse projeto acabam sendo contempladas.

A primeira grande demanda era destinação dos recursos. A Legislação anterior, todo o arcabouço de Legislação que veio até aqui, acabou transformando aquilo que era um Fundo para habitação e transporte num Fundo para qualquer coisa, inclusive para despesa da máquina pública.

O Setor nunca concordou com esse tipo de destinação que foi dada ao recurso no decorrer do tempo e foi sempre uma das grandes bandeiras de mudança dessa Legislação, uma das grandes demandas do setor para que os recursos que fossem arrecadados para o FETHAB fossem destinados exclusivamente para infraestrutura e também para a habitação, também dentro de sua proporção.

Com a alteração que está sendo proposta aqui, fatalmente sobram recursos para nossos investimentos - certo, Secretário Marcelo Duarte - porque os recursos serão destinados para essas finalidades, para as quais o setor foi convidado a contribuir, que seria transporte e habitação.

Não é preciso aqui explicar quanto o setor depende de uma infraestrutura de transporte, acho que todos aqui têm essa consciência, e por isso o anseio de se destinar a arrecadação, principalmente a arrecadação das *commodities*, que é a contribuição direta do setor, para finalidade que o setor tanto demanda.

Segundo ponto é a reestruturação do Conselho do FETHAB. Também uma demanda bastante antiga porque como contribuinte o setor também sempre quis participar das decisões, de onde seria melhor aplicado esse recurso, como seria melhor aplicado esse recurso e, infelizmente, o setor nunca teve a oportunidade efetiva de participar dessa gestão.

Então, pelo que nos foi apresentado, hoje, é que esse Conselho será restituído, que o setor terá assento, que o setor será contemplado e poderá participar diretamente das discussões e, também, acompanhar a aplicação desses recursos. Então, é uma demanda que está sendo contemplada.

Quanto à questão dos conselhos municipais eu quero de público, nesta Audiência Pública, parabenizar os prefeitos que já tiveram essa iniciativa de montar os conselhos municipais. A APROSOJA sempre apoiou esse tipo de iniciativa e faz questão de participar nos municípios que têm os seus núcleos, dizendo, sim, que essa é uma atitude vanguardista, uma atitude que atende o setor que contribui com recurso e atende, também, as prefeituras, uma vez que debatendo onde serão melhor aplicados os recursos, com certeza, os resultados serão melhores à sociedade.

Então, eu quero deixar de público os meus cumprimentos, os meus parabéns aos prefeitos que já tomaram a iniciativa e convidar os demais prefeitos a pensarem nessa situação com

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

carinho, porque realmente é com o intuito de melhorias que temos abordado essa proposta que, também, Marcelo, está nessa nova legislação que chegou, hoje, a esta Casa de Leis.

Então, é um terceiro ponto que eu quero destacar, um ponto de apoio do setor.

A questão dos fundos regionais é um interesse bastante difícil de ser assimilado, uma vez que se trata de aumento de custo. Quando se faz uma arrecadação maior obviamente que há um custo adicionado, porém, nós temos que ter a consciência de que não existe outra fonte de financiamento para a infraestrutura que faz tanta diferença para o nosso setor. Se for para ter uma contribuição adicional, que seja feita dessa maneira, que o setor possa participar; que as regiões possam ser contempladas, atendidas e principalmente ouvidas antes da implantação desses fundos regionais, como é o conteúdo da proposta; que o pacote de obras possa ser discutido com os contribuintes, com as regiões; que a quantidade de recurso adicional seja debatido e que isso tenha prazo para terminar. A arrecadação começa com a destinação específica e dia certo para encerrar, porque essa contribuição adicional vai necessariamente se reverter em benefício direto para aquela região que se propôs a fazer essa contribuição.

Então, dentro desse contexto a nossa avaliação é positiva em relação a essa reestruturação do FETHAB e nós contamos com o apoio desta Casa de Leis com toda responsabilidade que lhe é peculiar.

Muito obrigado e um abraço a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Muito bom, muito boa a fala, Ricardo.

Agradecemos a sua participação.

Com a palavra o Deputado Wilson Santos, Líder do Governo, autor desta Audiência Pública.

Como foi Vossa Excelência que propôs esta Audiência Pública eu vou lhe dar um *plus* de um minuto a mais, ou seja, dispõe de quatro minutos

O SR. WILSON SANTOS - Obrigado.

Eu cumprimento todos os colegas em nome do 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa que preside esta Audiência Pública, querido amigo fraterno, Deputado Eduardo Botelho; cumprimento todo o setor produtivo em nome do meu amigo Maguila e, também, cumprimento os prefeitos em nome do Prefeito Neurilan.

Dizer que este momento pelo qual Mato Grosso passa é extremamente rico para o nosso Estado. Se olharmos um pouquinho para a nossa história, lembrarmos de Peixoto de Azevedo; lembrarmos de Pontes, de Lacerda; lembrarmos dos pioneiros deste Mato Grosso, lá atrás quando não tínhamos um palmo de asfalto, uma ponte de concreto e os antigos mato-grossenses no extrativismo da poaia, da erva mate, da pecuária pantaneira, eles garantiram esse território para o Brasil. São momentos que não podem deixar de ser lembrados, porque não somos, apenas, o que somos hoje. Nós somos o resultado de toda uma história. Quanto ficou para trás do Rio Grande do Sul? Quanta juventude foi jogada na BR-163? Quantos riscos o Sr. Ênio Pepino, João Carlos Meireles, Ariosto da Riva... Quantos conselhos receberam: não façam isso é uma loucura, uma aventura ir para Mato Grosso, enfrentar malária, lá não há estradas, índios; o Estado não consegue pagar a folha de pagamento mensal?

Se, hoje, nós produzirmos quarenta e seis milhões de toneladas de grãos; quase trinta milhões de cabeça de gado, este Estado deve isso a vocês, produtores, a vocês, cada um no seu ramo, cada um na sua atividade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Lembrou-me aqui o Deputado Oscar Bezerra do Zé Paraná que eu tive o privilégio quando menino de conhecer no Bairro Baú. Quando vinha a Cuiabá ficava por ali.

Eu, também, como a maioria aqui sou filho de imigrantes, sou filho de cearense cruzado com baiano. É por isso que dá uma pessoa assim tão bonita.

Esta é a minha vantagem, Fabinho: a humildade. (RISOS)

Estamos aqui, hoje, discutindo o único programa de financiamento para infraestrutura do Estado. Nós andamos por São Paulo... Das vinte melhores estradas do Brasil dezoito estão em São Paulo. Parece que nós estamos em outro país. E nós queremos chegar lá.

Em 1984 eu lecionava em Rondonópolis. Eu ia de ônibus. Saía daqui às 13h para chegar às 17, 17h30min. Eu lecionava a noite inteira. Depois, pegava um ônibus da empresa Motta, que vinha de Campo Grande, à meia-noite, chegava às 04, 04h30min a Cuiabá e às 06h30min, 07h já estava dando aula. Às vezes, quando eu podia ir de carro fazia em 1h50min, em 1h45min. Hoje, você sai e não sabe se chega. São 5h, 6h. São acidentes. Quantas vidas!

Eu me lembro da luta do saudoso Senador Jonas Pinheiro pela duplicação. Foi uma década para duplicar um trecho de dez, quinze quilômetros. E Mato Grosso crescendo a produção, aumentando, avolumando, chegando ao ponto de equilibrarmos a balança comercial com a nossa produção.

E nós só temos o FETHAB que foi uma criação do, então, Governador Dante Martins de Oliveira que à época não foi plenamente compreendido. A lei sofreu várias provocações. Algumas entidades propuseram a nulidade da lei, mas eu tenho certeza de que propuseram, porque não sabiam quanto essa lei traria de benefícios. A Justiça acabou recepcionando a legislação e estamos no seu décimo quinto ano de vigência.

Infelizmente, colegas prefeitos e prefeitas, a Lei do FETHAB foi se desvirtuando com o passar do tempo. Ela que foi criada para transporte e habitação com o decorrer do tempo começou a pagar até salário do servidor público. O Ministério Público tem um pedaço nela; o Tribunal de Justiça o outro pedaço; a Assembleia Legislativa mais um pedaço.

Então, quando o Prefeito Neurilan chora, eu brinco sempre com ele: Neurilan, você está igual gato, miando e mamando, mamando e miando. (RISOS) Ele sorri, porque ele acha que o eu estereótipo é de um gato mesmo, de um galã, um galã daquele Médio Norte. E ele briga, puxa a nossa orelha, aperta e com razão. Dificilmente prefeitos teriam um representante tão brigador e inteligente como Neurilan, mas ele sabe, também, que tanto perde o município quanto perde o Estado. Se os municípios perderam juntos os cento e vinte e quatro milhões, o Estado perdeu sozinho cento e vinte e quatro milhões. Por quê? Porque dos 100% arrecadados, cada um come um pedacinho, sobra só sessenta virgula poucos por cento, não chega a sessenta e um por cento. É isso que divide por dois, divide igualzinho por dois.

E pode ter certeza, Neurilan Fraga, que todos nós Deputados, os vinte e quatro, votaremos para que não haja prejuízo de nenhum centavo aos cento e quarenta e um municípios do Estado. (PALMAS). Nós vamos votar nesse sentido.

Tenha essa segurança de todos os Deputados! Não é essa a intenção do jovem Governador Pedro Taques. Não é.

Outra observação: os municípios são o burro de carga da nação, porque de tudo que é arrecadado, 64%, aproximadamente, ficam com a União; 22%, 23%, com os Estados; e sobra para os cinco mil, quinhentos e setenta municípios algo em torno de 14% a 15%. E quem é que coleta lixo? Quem é que cuida de cemitério? Iluminação pública? Estradas vicinais? Creches? PSF? UPA? Pronto-socorro? Lombada eletrônica? Quebra-mola? Tapa-buraco? Lama asfáltica? Merenda

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Escolar? Salário de professor? Porque a União é extremamente maliciosa e desonesta. Quando ela força você a montar um PSF, ela dá um empurrão e depois larga o município. O grosso quem banca somos nós. Nas UPAs, a mesma coisa. No SAMU, a mesma coisa.

A União dá o estímulo e empurra um pouquinho, depois, a manutenção, porque o caro - aqui está o ex-Prefeito de Juara, o ex-Prefeito de Tangará da Serra - não é a obra física, o caro é o mês, é a mensalidade, são 13,33 salários por ano, fora os encargos sociais, mil reais que subir de salário, multiplica por 13,33.

É um drama ser Prefeito neste País! É um drama ser Prefeito! É uma covardia o que fazem! Por isso que nos países de primeiro mundo, os chamados países civilizados, a distribuição, Prefeita Meire, os municípios ficam com quase 50% do bolo tributário, e os outros 50% ficam entre União e Estados. E tem países que não têm Estados, como a França, não há Estado, é União e Município, porque o cidadão não mora no Estado. A figura do Estado é fictícia, é artificial. O endereço dele é no município; o CEP é do município; o filho frequenta a escola no município; a carta chega na casa, no apartamento, no município.

A figura de Estado, essa figura intermediária, não existe em todos os países do mundo. E nos países inteligentes a metade de toda arrecadação de tributos fica com os municípios.

Neurilan, eu observei atentamente a sua fala, sempre muito inteligente, e de tudo que você falou a mim passou que só há uma divergência. Na sua fala, que tenho tudo anotadinho aqui, da proposta você diverge de maneira mais concreta em um aspecto apenas, que é justamente sobre a participação somente na arrecadação do óleo diesel. Você acha que não pode ser apenas a participação no óleo diesel. O.K? Mas, eu quero dizer a você que sendo no óleo diesel ou em outras coisas mais não haverá prejuízo.

Quando fui Prefeito de Cuiabá, em 2005, encaminhei ofício à Assembleia Legislativa pedindo que ela dividisse o FETHAB com os municípios. Eu ousava pedir ali apenas 30%. Depois, com o passar do tempo, o ex-Deputado Riva acabou encampando esta proposta e houve a divisão de 50%, o que está acontecendo rigorosamente.

(O SR. NEURILAN FRAGA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. WILSON SANTOS - Não, 30% do todo, porque os 40% se perde para a Assembleia Legislativa...

(O SR. NEURILAN FRAGA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. WILSON SANTOS - Mas, também, não chega para o Estado!.

(O SR. NEURILAN FRAGA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. WILSON SANTOS - Não. Não.

Então, Neurilan, eu faço uma sugestão aqui...

(O SR. NEURILAN FRAGA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. WILSON SANTOS - Você disse que houve pouca discussão da proposta. Não foi tão pouco, não.

O Secretário Marcelo e eu fomos convidados junto com outros, o Seneri também, que estiveram em Rondonópolis discutindo com o setor produtivo; estiveram, se não me falha a memória, no Médio Norte discutindo; estiveram na AMM, tanto que é verdade que lá Vossa Excelência sugeriu que abortasse essa ideia do FUNTRAN, e o Governo acatou a sua sugestão pela sua experiência, não veio o FUNTRAN, não houve a divisão em dois Fundos.

Então, fique tranquilo que nós, Deputados nos comprometemos em fazer a emenda que for necessária para garantir a participação nos 5%.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

E eu encerro a minha fala fazendo uma proposta, Neurilan... Tempo é questão de qualidade. Às vezes, você fica direto com a sua esposa três dias e ao final ela fala: “Não gostei”. Porque você atende celular, bate *whatsApp*, bate telefone e, às vezes, fica 2h ali focado, ouvindo, e realmente o seu nível de atendimento é excepcional. Então, não é longevidade.

Eu sugiro que a partir de amanhã, às 08h, nós possamos, lá na sede da AMM, a Assembleia Legislativa, setor produtivo e municípios, nos entregarmos o dia inteiro, na sexta-feira, se necessário no sábado - o Deputado Zeca Viana sugeriu que quer mais uma Audiência Pública, não haverá nenhum problema - tenho certeza que as poucas divergências que existem, nós podemos superá-las numa rodada de doze, 15h de trabalho. (PALMAS)

Por fim, eu quero dizer ao setor produtivo, que é o grande responsável pelo sucesso de Mato Grosso, porque a máquina pública não cria riquezas, quem cria riquezas é o setor produtivo, é a iniciativa privada, que nós sabemos que toda essa grana é oriunda dos senhores. ACRIMAT, APROSOJA, AMPA, são os senhores que arriscaram, que produzem! E os senhores também sempre tiveram todo amparo do segmento político.

É que os políticos estão tão em baixa que, às vezes, ficam até inibidos de fazer uma defesa. O setor político no Brasil sempre andou ao lado do setor produtivo.

Pois não, vejamos: para ocupação do Mato Grosso mais recente, tivemos programas como o Polonoroeste para a Grande Cáceres; o POLOCENTRO; PRODEPAN; em 64, 65 nasce a SUDAM; o FCO; a SUDECO; instituições; programas, PRODEAGRO. Programas criados pelo segmento político que têm sensibilidade para essa questão.

E quando a agricultura fundou no Brasil, os políticos, liderados especialmente por Jonas Pinheiro, Osmar Serraglio, Luiz Carlos Haully, Ronaldo Caiado, construíram o PESA, fizeram a securitização, criaram a Lei Kandir. Nós políticos fizemos. Nós não temos que nos envergonhar, temos que nos orgulhar, porque sempre fomos sensíveis a vulnerabilidade do setor. Sempre fomos sensíveis. Não é fácil ser político. As pessoas veem, a maioria, só os nossos ônus. Não é fácil. O político trabalha mais do que a media - não tem sábado, domingo, enfim.

Então, eu quero deixar a sugestão e quero ouvir do Neurilan e dos representantes do setor produtivo, Ricardo e Maguila, quero ouvir também, e fazer uma sugestão para que eles já se dediquem amanhã, a partir das 8h, 9h, lá na AMM, para destrincharmos, dessecar esse projeto.

Podem ter certeza, como disse o Deputado Baiano Filho, a Casa já está praticamente autoconvocada para o dia 12 de janeiro retomar os trabalhos sem custo para o Executivo.

Quero apenas esclarecer que esta Audiência Pública foi convocada na semana passada e foi aprovada em plenário pelos vinte e quatro Deputados. Então, não há surpresa nenhuma. Ela está aprovada há quase dez dias. Tanto é que lotou o plenário. Aqui tem mais de cinquenta prefeitos. Não se faria uma mobilização dessa em dois, três dias.

Então, só quero dizer a vocês que nós respeitamos a opinião de todos os colegas, mas a verdade é que esta Audiência Pública é fruto de um requerimento oficial apresentado por vários Deputados, subordinado à discussão em plenário, votado e aprovado.

Houve tempo, sim, para mobilização e a maioria que está aqui foi trazida pela AMM, num trabalho fantástico de *WhatsApp* do jovem Prefeito Neurilan.

Eu acompanho você, Neurilan, e conheço bem a sua vida.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Deputado Wilson Santos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Ele extrapolou um pouquinho os quatro minutos para quinze, mas tudo bem...

(RISOS)

Mantendo essa intercalação de um Deputado com um prefeito, chamo o Prefeito Mário da Rocha para fazer a exposição.

O SR. MÁRIO DA ROCHA - Srs. Deputados, Srs. Prefeitos e demais presentes, boa tarde.

Eu quero fazer algumas colocações.

Dei uma lida rápida aqui na lei.

O Secretário falou aqui agora há pouco que o Decreto foi feito no mandato passado - vamos concordar com ele -, só que essa lei só veio para legalizar o decreto que não tem valor jurídico nenhum, não é?

Então, vamos ver aqui no começo.

Primeiro, quero fazer a seguinte colocação: o óleo diesel representa 61,29% do FETHAB. A partir da hora que o Governo resolve passar para os municípios 50% do óleo diesel, está dando 30,6%. A diferença dos 30 a 25 anterior é praticamente nada. Certo?

Tem um problema. Óleo diesel, todos aqui sabem que é ilegal estar no FETHAB, porque tem uma legislação própria para ele dentro do Art. 58, da Constituição Federal. Ele é sujeito ao ICMS e desse ICMS são 25%. Então, de 25% para 30% não mudou nada o dinheiro a que os municípios tinham direito. Muda para alguns municípios porque o que eles recebem pelo FETHAB, pelo índice do FETHAB, é muito menos do que receberiam dos 25% sobre o índice de ICMS - primeiro caso!

Segundo caso. Aqui na lei diz o seguinte em seu Art. 14: “dispõe que os recursos provenientes das contribuições de soja, algodão, gado e madeira serão movimentados em contas correntes específicas...”

Já o Art. 15 estabelece que “os demais recursos do FETHAB, referentes às operações serão rateados entre os Estados e Municípios em 50%...”

Isso que está aqui não alterou em nada o Decreto, só vem dar cobertura legal para o Decreto, mas o resto continua a mesma coisa.

O que interessa para os municípios é, como o Prefeito Neurilan Fraga falou, que se volte à Lei inicial de 2000, que era 50% do total da arrecadação para os Municípios e 50% para o Estado.

Essa é uma coisa.

Outra coisa. O Prefeito Neurilan Fraga estava conosco na Assembleia na semana passada quando eu coloquei para o Secretário o problema da arrecadação do FETHAB.

Na Lei de 2000 está bem clara que quem contribui para o FETHAB é o produtor rural. Então, o fato gerador do FETHAB se dá no local que o produtor produziu.

Eu não sei se vocês sabem, mas soja não nasce em armazém. Certo? A soja nasce lá no campo, com um trabalho desgraçado do produtor. Nos 5% do FETHAB referentes ao local onde foi gerado, a Secretaria de Estado de Fazenda está jogando para onde foi recolhido.

É uma solução muito simples. Se nós temos o substituto tributário, ele não altera o fato gerador, ele só altera o local de recolhimento. Quando é feito o DAR-1 AUT para recolhimento da empresa que foi o substituto tributário, ela coloca nisso centenas de vendas, vários produtores. Não tem como identificar. Então, a informação que a Secretaria de Estado de Fazenda passa para a AMM é do total recolhido por município do recolhimento, onde está a empresa que é a substituta tributária.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Nós colocamos isso na semana passada e hoje eu fiquei decepcionado ao ver uma coisa aqui, porque eu já estou acostumado a levar volta da Secretaria de Fazenda, onde está escrito que... Não estou achando aqui agora, mas tem um artigo aqui que diz que quem vai recolher o FETHAB são as empresas comercializantes de soja. Então, quer dizer que deram a volta naquele artigo que beneficiava os municípios produtores, que o decreto e a Secretaria não estão levando em conta, estão passando o relatório pelo recolhimento, e nós fizemos uma proposta que fosse feito um relatório de cada recolhimento dos produtores que estavam incluídos ali para jogar para os municípios. Ao invés de ser feito isso foi mudado para recolher o contribuinte que é adquirente do produto.

Ora, o contribuinte adquirente vai descontar do produtor. Isso é a coisa mais lógica. Continua sendo o débito, a contribuição, lá na origem do produtor. Com isso nós estamos prejudicando os municípios produtores.

Isso era só para abrir os olhos de alguns pontos que precisamos olhar melhor, mas eu acho que tem mais coisa aqui que não estão muito de acordo com os municípios, não.

Obrigado a todos! (PALMAS).

O SR. WILSON SANTOS - Eu gostaria que o senhor pudesse estar conosco amanhã.

Sr. Presidente, pela Ordem.

Peço que o nosso contador, experiente contador, pudesse estar conosco na reunião de amanhã para nos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - O Neurilan quer fazer um esclarecimento.

Concedo um minuto para o Neurilan Fraga.

O SR. NEURILAN FRAGA - A título de colaboração.

Essa questão do índice, nós montamos uma comissão, o Deputado Wilson Santos estava junto, Assembleia Legislativa, AMM e a SEFAZ, para discutir essa situação de municípios que produzem que terminam tendo prejuízo por conta de quem está declarando é município que às vezes nem produz.

Eu quero aproveitar, Deputado Wilson Santos, para dar uma colaboração aqui.

O diesel, que o Secretário Marcelo colocou, está estimando 524 milhões da arrecadação do diesel, divide por dois, ficam 262 milhões para o município e 262 para o Estado. Só que diesel é tributo, é ICMS. Nós já temos direito em cima dos 524 milhões a 131 milhões -são nossos - e o Governo do Estado não está dando aos municípios.

(PARTICIPANTE DA MESA FALA COM O ORADOR - INAUDÍVEL.)

O SR. NEURILAN FRAGA - Não! Ele só colocou cento e trinta e um milhões de reais, mas dos setenta e cinco que fica têm que vir para o município para: educação, estrada, saúde que está indo tudo para o transporte. Então, ele não está dando nem um presente. E você pega, recebe do Governo a incumbência de ficar cuidando de estradas não pavimentadas estaduais, de pontes e etc com recurso que é ICMS, que de todo jeito tem chegar ao município, seja por meio dos 25%, que vão direto para os municípios ou, também, das ações de Governo em cima dos 75%, que ficam com o Governo, mas que têm que chegar ao município de qualquer forma.

Então, na verdade, não tem nada de bônus nessa história do diesel, porque ele é tributo e de toda forma tem chegar aos municípios.

O SR. WILSON SANTOS - Mas, Neurilan, os 25% de quinhentos e vinte e quatro são cento e trinta e dois milhões, cento e trinta e um...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

O SR. NEURILAN FRAGA - Sim.

O SR. WILSON SANTOS - Você vai receber duzentos e sessenta e dois. Rigorosamente o dobro, 100%.

O SR. NEURILAN FRAGA - Sim, mas aqueles 75% dos tributos que ficaram para o Estado como se fosse o ICMS do diesel...

O SR. WILSON SANTOS - Sim...

O SR. NEURILAN FRAGA -...têm que chegar aos municípios como ação, seja estrada, seja educação, seja saúde. Ele tem que chegar. Agora, o que acontece são pagos nesse meio aqueles apêndices lá.

O SR. WILSON SANTOS - Exatamente!

O SR. NEURILAN FRAGA - É uma série de despesas que não termina e não chega ao município.

O SR. WILSON SANTOS - Todos mordem um pedaço que dá quase 40%.

O SR. NEURILAN FRAGA - Mas a proposta, agora, é para reparar isso e nessa reparação... É por isso que nós estamos defendendo que tem que considerar a base da negociação a lei e não o decreto. A única divergência que nós temos é essa.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Com a palavra o Secretário Marcelo para um aparte.

O SR. MARCELO DUARTE MONTEIRO - Eu queria esclarecer em relação a essa questão da divisão. Toda hora esse tema vem à tona.

É importante dizer, Presidente Neurilan, que é fato que se saem do óleo diesel, Prefeito Mauro, os quinhentos milhões, naturalmente os prefeitos já teriam direito aos cento e vinte e cinco, que são os 25% dos quinhentos, mas - é importante dizer - desses cento e vinte e cinco nós temos as vinculações legais que a Prefeitura teria que cumprir de saúde e educação. O mais importante que isso é que já dá uns 30%, ou seja, teria que tirar das vinculações legais obrigatórias, 40% e, além disso, é o seguinte: a divisão é de acordo com o FPM e a divisão do FETHAB é baseada em outros critérios, beneficiando municípios que têm a maior malha rodoviária.

Então, o único que tem razão de reclamar aqui é Lucimar Campos, Mauro Mendes e Percival Muniz.

Esses eu aceito podem reclamar, ouviu, Deputado Eduardo Botelho, mas os outros ganham e ganham muito com essa divisão, porque, além de ser o dobro, você não tem as vinculações e divide com outros critérios que vocês mais precisam, sem as vinculações. Então, nós pensamos em tudo isso.

Eu quero dizer, Neurilan também, o seguinte só aproveitando o aparte: quando você me convidou para debater o FETHAB na AMM eu fui prontamente. Eu fui, passei horas lá com vocês e a maioria dos prefeitos aqui. Horas! Eu cheguei lá às 10h e saí às 13h discutindo isso. Discutimos ponto a ponto. Não discutimos o projeto de lei, porque não tínhamos um projeto de lei.

O Projeto de Lei ficou pronto na semana passada, antes de o Governador ir para a França, Deputado Eduardo Botelho.

Então, é importante que justiça seja feita, porque quando você me convidou eu fui. Fizemos audiências públicas no interior, inclusive, em Sinop, e vários prefeitos que estou vendo aqui estiveram presentes e debateram conosco, Ferronato. Você era um que estava lá; o Prefeito Sinvaldo estava lá. Vários prefeitos estiveram presentes na Audiência Pública que o Governador Pedro Taques esteve presente, assim como na Audiência Pública feita em Rondonópolis.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Não debatemos o projeto de lei, repito, até por uma falha e, talvez, inexperiência nossa, porque somos todos neófitos nessa questão de Governo, negociar com diversas Secretarias, negociar com diversos técnicos e tentar trazer o que entendemos ser o melhor projeto para Mato Grosso. Não é fácil você pegar todos esses “oks”.

E a Casa, o local para se ter esses debates é aqui, Deputados. Este é o local. Eu tenho certeza que faremos quantas audiências, quantas reuniões forem necessárias para esclarecermos e debatermos todos esses temas para que todos fiquem confortáveis, porque ninguém aqui quer...

Esse projeto, como bem disse o Paulo Brustolin, não é para dividir, é para somar. E aqui o grande foco é somar para que todos ganhem e saiam satisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Secretário, pela participação.

Dando continuidade eu vou chamar o representante da ACRIMAT, Presidente da ACRIMAT, Sr. José João Bernardes, para fazer sua participação.

O SR. JOSÉ JOÃO BERNARDES - Exmº Sr. Deputado Eduardo Botelho, que preside esta Audiência Pública; Srs. Deputados; Srs. Prefeitos aqui presentes, Secretários de Estado, representantes de entidades, senhores produtores.

Essa lei trata de uma alteração na legislação do FETHAB, fundo que os produtores vêm pagando de longa data, mas não estão se beneficiando da aplicação efetiva e correta desses recursos. Nós acreditamos que essa modificação aqui discutida ampla, aberta e claramente com os municípios, com a Assembleia Legislativa e com os produtores possibilitará mudança radical no trato desses recursos.

Por esse motivo, eu gostaria de dirigir a palavra aos produtores que efetivamente, além de pagarem o que já vinham pagando, estarão convocados a proceder em determinados casos a uma contribuição adicional.

Do mesmo modo eu quero dizer: o Estado crescerá e plagiando Washington Luís que dizia: “Governar é abrir estradas”, Mato Grosso, sem dúvida alguma, com mais estradas, terá uma redução significativa nos custos dos produtos e uma valorização direta e proporcional dos imóveis.

Existe na Constituição a previsão de um tributo chamado Contribuição de Melhoria que nunca foi possível ser implantado neste País.

Nós gostaríamos, então, de informá-los que por meia dessa participação efetiva no pagamento desse fundo nós ponderamos fazer essa contribuição mesmo que indireta, cujos benefícios, sem dúvida alguma, se reverterão a todos aqueles que produzem pela redução de custo, pela melhoria no desempenho e pela valorização de suas propriedades. Nós somos proativos e temos certeza absoluta que nós efetivamente arcamos com esses adicionais tanto no que se refere à participação do óleo na condição de consumidores, produtores, como na parcela do gado do FETHAB que é pago adicionalmente quando abatido.

Foi mencionado aqui pelo Prefeito de Itiquira o problema da não individualização. Eu acho que esse é um dado que pode ser efetivamente disponibilizado. Isso só ocorre na soja, porque no caso do FETHAB do gado é o próprio produtor que recolhe e obviamente esse valor... O resto, no meu entender, é uma questão, apenas, de demonstrativo. Como provavelmente, também, essas demandas que tenho observado dos prefeitos se trata de concordando com a sistemática chegar a um denominador. Então, o problema maior seria estabelecer um denominador. E nós visualizamos nessa colocação que não haverá nenhum prejuízo. Se esses recursos efetivamente forem destinados

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

para o que se propõem, todos sairão ganhando. Nós somos parceiros no processo e acreditamos que os municípios onde se localizam efetivamente as propriedades serão os grandes protagonistas e os grandes promotores desse processo de melhoria das condições para o produtor, para o Estado de Mato Grosso e para o Brasil.

Muito obrigado a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Sr. José João Bernardes, Presidente da ACRIMAT, pela participação, pelas ideias e umas proposituras interessantes.

Com a palavra, o Deputado Zé Domingos Fraga, que dispõe de três minutos.

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Presidente, colegas Deputados; Presidente da AMM, em seu nome cumprimento os demais Prefeitos, Vice-Prefeitos; em nome do Marcelo, Secretário de Estado de Transporte e Logística, cumprimento os demais Secretários aqui presentes; em nome do Joci Piccini, Sinval Guimarães, Neurilan Fraga, a cúpula de Lucas do Rio Verde, cumprimento todos os produtores aqui presentes.

Eu quero dizer, meus amigos e minhas amigas, que já tivemos a oportunidade, com disse aqui o Marcelo, de ver o desenho dessa proposta do novo FETHAB no Município de Sinop.

Naquele momento, eu achei que era interessante, até porque a proposta inicial que o Marcelo apresentou e também era uma vontade do Governador Pedro Taques - acredito ser o Governo das transformações - diminuir as desigualdades regionais. Principalmente, Marcelo, quando se tratava das contribuições adicionais, que é a criação dos fundos regionais, onde parte desse recurso seria para diminuir as desigualdades regionais que não tinha a capacidade de agregar empresários rurais, por meio de uma PPP, criada em Lucas do Rio Verde, chamada PPP Caipira para implementação de obras de infraestrutura para escoar as nossas riquezas, seja de origem animal, seja de origem vegetal.

Essa proposta não traz aquela que era a vontade do Governador Pedro Taques, mas ele tenta inovar, criando os fundos regionais, desvinculando do velho FETHAB Dante de Oliveira, as *commodities*, fazendo com que possam contribuir na obra de infraestrutura, nas contrapartidas de receita de capital e até de despesa discricionária e despesas essenciais que não é o que os produtores queriam. Mas quem conhece de orçamento de receita corrente líquida do Estado como nós conhecemos sabe que é humanamente impossível o Governo Pedro Taques não se apropriar do art. 34 do § 6º da LDO, buscar parte de recurso de fundos de outra receita de entidades de economia mista para fazer frente do serviço da dívida e o pagamento de folha do próprio custeio. É humanamente impossível.

A receita com folhas e encargos para o ano de 2016 está prevista quase dez bilhões de reais, e o ICMS hoje não paga a folha mais. Então, eu acredito que ele não vai fazer desse art. uma forma de poder honrar os compromissos não só de custeio, mas, acima de tudo, de folha.

Mas o Governo, ao mesmo tempo em que tenta desvincular as *commodities* do óleo diesel, ficando para os prefeitos, ele dá uma garantia que durante a transição não haverá perda às prefeituras.

Mas, eu faço aqui um desafio à Assembleia Legislativa, ao próprio Governo, ao Marcelo, se tem toda essa confiança que não tem perda, por que não garantirmos, Marcelo, fazer uma emenda que durante a vigência dos Fundos das *commodities* ou das arrecadações prevista no art. 7ºb, 7ºc, 7ºa, 7ºf, que possamos, enquanto existe essa fonte de arrecadação, garantir que os municípios não terão perda.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER
EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E
HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Eu entendo que a produção primária do Estado de Mato Grosso... Nós temos ainda uma malha estadual pequena ainda, de trinta mil quilômetros de estradas estaduais...

Nós temos quantos, Marcelo?

(O SR. MARCELO DUARTE DIALOGA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA - Seis mil pavimentadas. Quantas municipais?

(O SR. MARCELO DUARTE DIALOGA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA - Cento e cinquenta mil. E essa produção, sem sombra de dúvida, transita hoje muito mais em estradas municipais do que em estradas estaduais. Acredito que teremos um avanço, sim, com essa inovação de buscar essa parceria público-privada nos fundos regionais.

Outra preocupação que eu tenho é com relação, Marcelo, se não me falhe a memória, o art. 14-M, que trata da forma pela qual o Estado vai contabilizar a sua receita.

Eu sou um grande debatedor e sou contra criação de fundos, porque o Estado hoje tem mais de setenta, oitenta por cento da sua receita corrente líquida vinculada. E toda vez que se cria fundo, como disse o Deputado Wilson Santos, nós estamos contribuindo com repasses para os Poderes, dentre eles a própria Assembleia Legislativa, que dá em torno de quatorze, quinze por cento, e ali fala que essa fonte de receita será contabilizada como Receita de Capital.

Eu tenho as minhas dúvidas se é possível você contabilizar como Receita de Capital e não como Receita Corrente Líquida. É uma preocupação que eu tenho e nós temos que nos preocupar com esses detalhes.

(O SR. DEPUTADO OSCAR BEZERRA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 17H05MIN.)

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA - Além disso, tem outra questão que me chamou a atenção, que faz muita diferença, exceto o *caput* II, as demais fontes de receitas você pode atribuir o art. 34, § 6º da LDO. Eu acho que durante o ano de 2016 não, até porque nós temos uma LDO para o ano de 2016 que nesse art. 34, § 6º nós vinculamos o Governo, realmente, se assim for necessário, usufruir de qualquer fonte de receita para fazer frente aos seus desafios, até de serviço da dívida, encargos sociais e folha de pagamento. Então, eu tenho essas preocupações que precisam ser melhores discutidas.

Aproveitar a oportunidade, Marcelo, e pedir, até porque ela vem em caráter de urgência... Estou vendo aqui o Deputado Wilson Santos, até de uma forma totalmente democrática, como Líder do Governo, assumiu o compromisso de que possamos discutir, se necessário for, no limiar do novo ano, que isso de fato possa acontecer.

Que tire esse caráter de urgência urgentíssima, Deputado Wilson Santos, até porque no encaminhamento da Mensagem veio encaminhada com este caráter, e dentro desse caráter nós somos obrigados a votar o mais rápido possível.

No mais, eu quero parabenizar a iniciativa do Governo, que está propondo chamar á responsabilidade daqueles que fazem a diferença no Estado de Mato Grosso, que é o agronegócio, independente de ser grande, médio, pequeno ou mini, até porque o pequeno produtor também faz agronegócio, porque agro é negócio, que eles possam contribuir para que de fato possamos melhorar a nossa logística, para que possamos ser muito mais cognitivos, mas para que possamos continuar dando essa resposta positiva para o Brasil, através do *superávit* da nossa balança comercial.

Espero que possamos dar a nossa contribuição, mas que possamos retirar essa questão do regime de urgência.

Obrigado. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

O SR. PRESIDENTE (OSCAR BEZERRA) - Parabéns ao Deputado Zé Domingos Fraga.

Não é a toa que ele será a indicação da Assembleia Legislativa para assumir o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Com a palavra o próximo inscrito, Prefeito de Nova Brasilândia, Jamar da Silva Lima.

O SR. JAMAR DA SILVA LIMA - Em primeiro lugar, eu gostaria de desejar uma boa tarde para todos.

Em nome do Presidente da mesa eu cumprimento toda a mesa.

Deputado Wilson Santos, vim à tribuna para colocar um ponto sobre o óleo diesel que diz que o óleo diesel terá uma contribuição no bolo do FETHAB de quinhentos e vinte e quatro milhões, mas esses quinhentos e vinte e quatro milhões, segundo o Secretário Marcelo Duarte colocou na sua exposição, a aproximadamente dezoito centavos por litro de óleo diesel.

Ele não está dentro do índice do ICMS, entendeu? Parece-me que o índice do ICMS, que é 17% sobre o valor do combustível, daria uma contribuição bem maior.

A nossa discordância no tocante a ficarmos só com o óleo diesel é porque a questão do óleo diesel está em uma lei inconstitucional. Amanhã ou depois, essa lei do óleo diesel cai para ser tributada no ICMS e os municípios deixam de ter a participação no Fundo do FETHAB. É uma maneira de ser excluído dos Municípios. Por quê? Porque a participação dos municípios era só no óleo diesel.

Por isso a nossa orientação quando o Secretário Marcelo Duarte esteve na AMM.

A nossa orientação era a de que os Municípios e o Estado continuassem com a mesma participação tanto na soja, quanto no algodão, como na madeira, como também no óleo diesel. Se amanhã ou depois o óleo diesel sair para o ICMS, continuamos no milho, na soja... Teremos uma pequena participação, mas teremos.

Sabe por que eu digo isso? Porque a salvação dos Prefeitos e a salvação de cada município está sendo esse recurso do FETHAB.

Se nós não tivéssemos esses recursos caindo todo mês em nossas contas, nós estaríamos com as máquinas todas no toco, sem condições de colocar um litro de óleo diesel nessas máquinas.

Por isso queremos a compreensão do Governo do Estado, que tem sua responsabilidade, que eu acredito que vai ser um grande Governador para este Estado, que vai colocar este Estado no eixo do desenvolvimento e na credibilidade, vai resgatar a credibilidade deste Estado, pedir que continuemos com a participação em toda a receita do FETHAB.

A lei diz 50%, mas encontram uma maneira de reduzir para 30,25%. Concordamos. Isso já é suficiente para manter as nossas despesas. Está sendo suficiente.

Eu gostaria de colocar mais um fato aqui em relação à aplicabilidade desses recursos do FETHAB nos municípios.

Quando foi discutida lá na divisão para com os municípios, a questão habitação ficou para o Estado.

É impossível o município investir em habitação com a receita que tem!

Que deixe até 30% dessa receita do município para investir em infraestrutura urbana, até 30%. Porque, às vezes... Por que tem que colocar até 30%? Para você não ter obrigação de aplicar os 30% na infraestrutura urbana porque às vezes vai fazer falta na infraestrutura rural, estradas, rodovias, pontes. Então, até 30% da receita para investir em infraestrutura urbana.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Tira a habitação dos municípios. Essa...

O SR. WILSON SANTOS - Você sugere tirar habitação...

O SR. JAMAR DA SILVA LIMA - A responsabilidade de investir em habitação fica para o Estado, porque esse recurso que recebemos nos municípios para investir em habitação é insuficiente, não vai dar resultado nenhum. Não vai dar resultado.

São por essas situações que estamos aqui. São vários pontos a serem discutidos, mas os pontos principais, se fizerem essas modificações que eu coloquei aqui neste momento, já estará no agrado de todos os Prefeitos do Estado de Mato Grosso.

(O DEPUTADO EDUARDO BOTELHO REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 17H11MIN.)

O SR. JAMAR DA SILVA LIMA - Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Muito obrigado pela participação, Prefeito.

Mantendo a intercalação, com a palavra o próximo inscrito, o Deputado Oscar Bezerra.

Vou emprestar o meu microfone para Vossa Excelência, mas são só três minutos.

O SR. OSCAR BEZERRA - Boa tarde a todos.

Eu quero cumprimentar todos os produtores em nome do Ricardo, da APROSOJA; o Neurilan Fraga, representando todos os prefeitos; o Deputado Wilson Santos, autor da propositura desta Audiência Pública; o Presidente da mesa, Deputado Eduardo Botelho; e todos os senhores e senhoras que aqui estão.

Eu observei nas falas, principalmente do amigo Neurilan Fraga, insatisfação com relação à falta de diálogo do Governo do Estado com a AMM.

Eu quero compartilhar, Neurilan Fraga, da mesma forma, essa falta de diálogo com a Assembleia Legislativa.

Mas eu tenho que reconhecer que o Governo Pedro Taques não tem medido esforços no sentido de se inserir no contexto político na raiz, porque ele foi constituído por técnicos e muitas vezes a parte política, Neurilan Fraga, fica um pouco num segundo plano, trazendo um desconforto não só para a AMM como também para alguns Deputados - isso é fato - e, naturalmente, a todos os prefeitos.

Mas precisamos reconhecer o que ele tem feito no sentido de resolver os problemas do nosso Estado.

Eu quero salientar a importância desta lei, apesar de ter chegado hoje às 11h30min e a estarmos debatendo agora. Ela tem uma importância gigantesca.

Eu tenho certeza que muitos prefeitos que aqui estão tinham a impressão, no pé da orelha, de que haveria surpresa negativa no dia de hoje com a receita caindo e os senhores saem daqui hoje com a segurança da garantia da receita pelo comprometimento que o Governador Pedro Taques tem com os municípios do Estado de Mato Grosso.

Então, nós queremos fazer esse reconhecimento, Secretário Marcelo, de público pelo trabalho dos senhores.

Eu tenho certeza que essa parte da lapidação política acontecerá nesse próximo ano, conseqüentemente ouvindo um pouco mais a Assembleia Legislativa, ouvindo um pouco mais as instituições representativas e nós vamos sim construir o melhor governo que este Estado já teve.

Vocês prefeitos, e acabou de falar um aqui agora, nunca receberam na trajetória de vocês tanto recurso para recuperação de estradas vicinal e estadual como estão recebendo aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

E eu quero fazer um reconhecimento público aqui que em 2005, quando o Deputado Wilson Santos criou essa Lei do FETHAB que não foi aceita pela Mesa Diretora, posteriormente, na saída do, então, Deputado Riva, ele fez a propositura para que neste mandato valesse. E o reconhecimento maior é do Governador Pedro Taques que está respeitando na íntegra. Na íntegra. Temos ajustes a serem feitos? Temos ajustes a serem feitos, sim, e tenho certeza que faremos.

Essa dúvida quanto aos 50%, se desconta ou não o que é da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, que é um questionamento que vocês estão fazendo, nós vamos ter que sanar agora para que essa nova lei tenha efetividade da forma como realmente preconiza no papel, o que está escrito.

Pessoal, uma coisa que eu quero ressaltar é a transparência. Os senhores vão conseguir, a partir de agora, ter acesso à famosa conta do FETHAB, porque ela vai ser específica, segundo foi a propositura.

Eu não tenho dúvidas se o dinheiro realmente é aquele que está indo para o seu município, porque estará transparente, apresentado em números, eu acredito que no FIPLAN, Marcelo, numa conta específica.

Então, senhores, nós avançamos bastante e eu tenho orgulho de participar desse processo. Obviamente, vamos debater e construir todas as melhorias que precisam ser feitas. Amanhã, pela manhã, eu estarei na AMM contribuindo para a melhoria disso tudo.

Um detalhe que eu quero deixar registrado, que já tinha dito ao Secretário Marcelo, que vai ser uma emenda, de minha autoria, ao projeto do FETHAB: que as pontes de madeira que, hoje, são responsabilidade junto com as estradas, a partir de quinze metros sejam de responsabilidade do Estado e não estejam inseridas no FETHAB, na parte dos municípios, porque não é factível um município que receba oitenta mil reais ter que fazer uma ponte que custa trezentos, quinhentos, seiscentos mil reais, ou seja, o ano inteiro do FETHAB para fazer uma única ponte. Não é factível.

Nós queremos, sim, que o Estado assuma essa fatia, essa responsabilidade na questão das pontes de grande monta, ou seja, de quinze metros acima, seria responsabilidade do Governo do Estado.

Então, amanhã nós vamos debater mais longamente isso.

Vou deixar a palavra para as pessoas que, ainda, têm para falar.

Muito obrigado a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Deputado Oscar Bezerra, pela participação.

O próximo é o Prefeito, meu amigo de Diamantino, ex-aluno do Deputado Wilson Santos, Juliano Lincoln.

O SR. JULIANO LINCOLN - Pessoal, não tem quase ninguém, mas o importante é que eu falo que estou aqui defendendo os prefeitos.

O Sr. Wilson Santos - Prefeito Lincoln, Vossa Excelência está falando, ao vivo, pela *TV Assembleia Legislativa*. Esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo.

O SR. JULIANO LINCOLN - Muito obrigado, Deputado Wilson Santos.

Eu vou cumprimentar o Deputado Eduardo Botelho em nome de todos e também o Prefeito Neurilan Fraga.

Eu quero aqui fazer uma proposta para a Audiência Pública já.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Os municípios começaram a receber em março, porque, talvez, o Governador foi forçado a pagar. Não queria pagar. Eu quero deixar isto claro, também. Foi uma conquista dos municípios o FETHAB e está fazendo a diferença, conforme disse o meu Prefeito aqui.

Faz a diferença, Deputado Wilson Santos. Vossa Excelência foi Prefeito. Os municípios não têm poder de investimento.

Eu quero deixar uma proposta bem clara, bem simples, porque estava olhando ali e está um emaranhado de coisas que não dá muito para entender: 50% de tudo que foi arrecadado... O princípio da distribuição da França, país desenvolvido. O Governo não tem que centralizar nada nele. O Governo tem que distribuir mais. Eu disse lá atrás que o Governo estava caolho ao não entender a lei do FETHAB, da distribuição dos recursos e vai querer concentrar de novo.

O Governo vai ficar com 70%, Deputado Wilson Santos. Setenta por cento - esta é a verdade - e os municípios com 30,25%.

O Secretário Marcelo Duarte, em que pese não estar aqui, disse Várzea Grande, Cuiabá e Rondonópolis, mas eu incluo Diamantino, amigo.

Diamantino recolhe dez milhões do FETHAB e vai receber um milhão e meio, Deputado Zé Domingos Fraga, até o final do dia 10 de janeiro que vence dezembro.

Piccini, não é justo! É melhor eu ficar recebendo 25% do óleo diesel. Dez milhões; 60% de óleo diesel; 60% de dez milhões, seis milhões; 25% de seis milhões, um milhão e meio só de óleo diesel, afora a outra parte do FETHAB, mas tudo bem, Diamantino é contribuinte. Não vamos discutir. Essa é uma questão interna da repartição dos municípios.

Mas eu quero fazer ao Presidente desta Audiência Pública esta proposta: metade, 50% do FETHAB, tudo o que for recolhido reparte para cento e quarenta e um municípios pobres e 50% ficam para o Governo e com os 50% do Governo os fundos regionais administrados pelo Governo. Os fundos regionais!

A proposta é simples! Deste jeito!

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *O.K!*

Está aí uma proposta colocada pelo Prefeito Juliano Lincoln, muito bem colocada.

Com a palavra o Deputado Nininho, que dispõe de três minutos.

O SR. NININHO - Boa tarde a todos!

Eu quero cumprimentar em nome do nosso colega Deputado Eduardo Botelho os demais colegas Deputados; em nome do Neurilan cumprimentar todos os Prefeitos; cumprimentar a equipe do Governo que se faz presente; produtores, amigos.

Em primeiro lugar quero parabenizar o nosso Líder, Deputado Wilson Santos, por promover esta discussão de extrema importância, principalmente para os municípios do nosso Estado.

Eu quero fazer justiça, Neurilan, e agradecer o nosso Líder, Deputado Wilson Santos, que no início do ano esteve conosco por várias vezes discutindo com o Governo do Estado que fosse cumprida aquela decisão judicial. E ele, como Líder do Governo, jamais se furtou de cobrar do Governo. E como Presidente de Honra da AMM e como Deputado representando esta Casa, por várias vezes eu estive com o Deputado Wilson Santos para fazer o convencimento do nosso Governador em cumprir aquela decisão judicial.

Nós sabíamos da importância da distribuição do FETHAB. Hoje, eu acho que para os Prefeitos, como aqui já disseram, está sendo de grande valia aos municípios esse recurso do FETHAB. Os nossos produtores que pagam esse FETHAB, com certeza, estão recebendo o maior

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

retorno desse investimento, porque quando ficava concentrado somente nas mãos do Governo do Estado ele se atentava a dar manutenção nas rodovias estaduais, mas as rodovias municipais são muito mais...

E, hoje, fico feliz quando falo com vários prefeitos e dizem que estão estruturando suas frotas de equipamentos, fazendo aquisição de equipamentos, fazendo manutenção de equipamentos. Há vários prefeitos que dizem que estão construindo pontes de concreto, galerias de água, canalizando seus córregos para fazer coisas definitivas que não era possível de serem feitas antes. Hoje, graças ao FETHAB está sendo possível.

Então, eu acho que até os produtores estão recebendo esse retorno lá na ponta, porque esse dinheiro administrado pelos municípios rende mais. Quando ficava nas mãos do Governo que empreitava para as empresas fazerem a manutenção o benefício era muito menor.

Então, quero aqui somente deixar a todos os Prefeitos bem tranquilos.

Como foi dito aqui pelo Secretário Marcelo, isso é passivo de emendas e discussões nesta Casa. Apesar de ter chegado, nesta Casa, hoje esse projeto, só será votado quando tiver um entendimento e preservar aqui, também, o interesse dos municípios. Jamais iremos prejudicar, nesta Casa, os municípios, porque é lá na ponta, onde o cidadão mora, que tem que ter a assistência do Poder Público.

Então, sabemos da importância desse recurso também para o Governo do Estado, mas vai ser feita uma distribuição onde ficará atendido o Governo e os municípios.

Com relação de como será o critério de distribuição, não quer dizer que vai ficar *commodities* o óleo diesel. Essa é uma proposta do Governo. A Casa tem a prerrogativa de emendar, de fazer e discutir isso, Neurilan.

Então, com certeza, aqui é unânime. Eu tenho falado com todos os colegas aqui e todos estão cientes da preocupação dos prefeitos que fique somente na questão do óleo diesel a parte dos municípios, que, por meio de uma ação, poderá perder esse recurso.

Então, com certeza, isso vai ser discutido nesta Casa, vai ter mais audiências. Mas aqui, com certeza, os Prefeitos podem ficar tranquilos que terão o apoio dos Parlamentares por unanimidade para defender o interesse dos municípios.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Deputado Nininho, pela participação.

Com a palavra, a Sr^a Bett Sabah Marinho da Silva, Prefeita de Rondolândia.

Até que enfim uma mulher para participar e falar e do FETHAB. Eu já estava até meio triste e falei: será que é só homem que fala do FETHAB?

A SR^a BETT SABAH MARINHO DA SILVA - Eu quero cumprimentar os componentes da mesa em nome do Presidente; cumprimentar o nosso Presidente, o nosso Líder Neurilan, que tem ficado as madrugadas dialogando com os Prefeitos, tranquilizando-nos; o Deputado Wilson Santos, que fez a convocação deste debate.

Eu acho que é o momento de dialogar com o setor produtivo, porque nós Prefeitos ficamos, às vezes, muito distantes do setor produtivo.

Rondolândia conhece APROSOJA só de nome, porque lá não temos soja. Sabemos que é uma instituição séria e tem consolidado e feito muito pelo Estado de Mato Grosso. É um orgulho para nós a produção de soja.

Eu quero falar que existe também uma região que faz parte de Mato Grosso, que é Rondolândia. Rondolândia está a mil e duzentos quilômetros daqui, não temos via nenhuma para chegar lá. Nós temos que ir a Rondônia para chegar lá. Isso reflete não só na questão estrutural...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER
EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E
HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Nós temos um Mato Grosso rico e um Mato Grosso muito pobre, e eu estou nesse Mato Grosso paupérrimo.

E é nesse Mato Grosso que eu preciso jogar os holofotes agora. Nós temos uma área muito grande e um total isolamento. E quando falamos de isolamento não falamos só do produtor, porque nós temos pessoas lá que abriram fazendas em avião, e elas estão sofrendo lá; temos um rebanho lá de mais de trezentos e cinquenta mil cabeças de gado; um setor madeireiro forte. Eu posso falar pelos nossos produtores, também, e eles estão isolados. Eles estão sem condições de desenvolver essa cidade e toda a região.

Quando nós observamos Rondolândia, o Prefeito de Aripuanã tem falado muito comigo e teve uma audiência que foi muito profícua lá em Aripuanã, onde discutimos ligar Rondolândia ao seu município-mãe, que é Aripuanã.

Rondolândia tem três mil, seiscentos e oito habitantes; quarenta e nove por cento de área de terra indígena. Uma riqueza isso! Só que com toda essa questão ambiental, tem também toda uma questão de desenvolvimento humano. O IDH nosso é baixo.

Onde é a nossa regional de saúde? Cáceres. Novecentos quilômetros eu estou da minha regional de saúde. Aí quando se fala em desenvolvimento regional, eu pergunto: como é que vai ficar a situação de Rondolândia? Como é que vai ficar a nossa situação lá? O que nós escutamos é falarem assim: “Ah, Rondolândia podia fazer parte de Rondônia”. Que falta de respeito!

Eu acho tão bonito o lema do Governador que diz que não vai ficar ninguém para trás. Que não fique Rondolândia para trás, porque ela á está para trás há anos.

Então, aqui é a fala de uma enfermeira da saúde pública que sabe que o MT Integrado está suspenso, está lá uma obra paralisada causando um imenso transtorno. Hoje eu estou pegando recurso próprio e encascalhando uma via importante, porque a minha ambulância está atolada, porque as minhas crianças não andam de transporte escolar. Nós estamos falando de produção, mas também estamos falando de vida, de qualidade de vida, de seres humanos. As pessoas moram no campo. Setenta e três por cento da minha população está no campo.

Eu quero que quanto os representantes do povo, aqui, estiverem analisando não se esqueçam dessa região: Rondolândia, Colniza, Castanheira, Aripuanã, que é uma região que sofre muito.

Então, esta minha fala é de preocupação em não se pensar só no agronegócio e no desenvolvimento, no progresso, mas pensar naquela região. É uma visão empreendedora. Se conseguirmos desenvolver aquela região nós vamos ligar o Porto do Pará com o Porto de Rondônia. Vai acabar aquele tráfego pesado da BR-364. Nós estaremos desenvolvendo. É uma estratégia, é um plano nacional. Nós estamos falando de desenvolvimento regional daquela região toda lá, em Cotriguaçu, lá por cima tudo. São terras planas, férteis e propícias.

Então, pensem nisso! Pensem no desenvolvimento de fato para Mato Grosso, potencializar o que já é nosso potencial, mas enxergar onde precisamos avançar. É isso.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Prefeita.

Essa preocupação que a senhora tem, eu também tenho. Eu sou de Nossa Senhora do Livramento, dessa região de Jangada, Acorizal, e também temos essa mesma preocupação sua.

Nós, enquanto Deputados, temos essa função de fazer esse balanceamento entre essas regiões produtivas, que estão em grande desenvolvimento, mas não podemos nos esquecer dessas outras regiões que precisam também haver um equilíbrio. Por isso, nós estamos nessa discussão e vamos longe nela.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Com a palavra, o próximo inscrito, o Deputado Saturnino Masson.

O SR. SATURNINO MASSON - Sr. Presidente, em seu nome cumprimento todos os componentes da mesa; cumprimento os Prefeitos, os produtores que se fazem presentes.

Eu quero dizer que não tem mais o que falar, porque foi falado tudo que era necessário. Eu só quero complementar e dizer que da nossa parte estaremos aqui - eu já fui Prefeito, fui Vice-Prefeito, fui Prefeito da minha cidade de Tangará da Serra e sei do sofrimento, sei da dificuldade dos Prefeitos - durante este estudo para a aprovação desse projeto, estaremos cuidando para que os municípios não percam nada. Esse é o nosso desejo.

Dizer que nós somos Deputados municipalistas, somos também da lida, do sofrimento do campo, entendemos a situação, entendemos a situação da Prefeita de Rondolândia e a preocupação do Governo do Estado é fazer essas ligações e nós iremos trabalhar para que isso aconteça.

Só complementar e parabenizar, principalmente o Deputado Wilson Santos que promoveu esta Audiência Pública que, com certeza, vem em tempo para debatermos, para discutirmos para que no fecho da coisa fique a contento para todo Mato Grosso.

Obrigado e um abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Deputado Saturnino Masson, pela participação.

Já estamos quase encerrando esta Audiência pública.

Eu vou chamar o Sr. Glauber Silveira para falar; depois, o Deputado Dr. Leonardo e nós encerramos.

Com a palavra o Sr. Glauber Silveira, Diretor da APROSOJA.

O SR. GLAUBER SILVEIRA - Boa tarde a todos!

Obrigado pela oportunidade.

Eu quero falar, inclusive, para a Prefeita de Rondolândia que realmente sou solidário a ela.

É em virtude disso que nós, do setor produtivo, temos uma preocupação muito grande com essa pulverização do FETHAB.

Vamos imaginar, por exemplo, o seu caso que está em um município muito distante e quando falamos que o Governo do Estado precisa ligar quarenta e um municípios com asfalto... E estamos falando de segurança pública; estamos falando de vidas de pessoas. Quando eu vim para Mato Grosso, que fui morar em Campos de Júlio, morei a 45 quilômetros da cidade, a minha preocupação era que minha filha, minha esposa e meus funcionários moravam lá comigo e eu tinha que sair de Campos de Júlio, do interior de Campos de Júlio e ir a Vilhena caso minha filha ficasse doente, um funcionário se acidentasse ou qualquer pessoa estivesse doente, estivesse com uma cólica renal e assim por diante.

Uma vez eu estava em uma colheita e um funcionário se descuidou e se machucou. Então, eu tive que colocá-lo na carroceria de uma caminhonete e fazer 200 quilômetros de estrada ruim quando de Campos de Júlio a Comodoro se levava 5h para se fazer 60 quilômetros. E o que acontece? Graças a um plano, a um desenvolvimento da uma união, de um fundo, de um dinheiro para realmente se asfaltar e se ligar umas cidades para dar segurança às pessoas que lá vivem... E isso é importante!

Nós, produtores...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

O interessante é que nesta Audiência Pública não se pergunta para quem está pagando; não se pergunta para quem queremos dar esse dinheiro; para onde nós queremos que vá esse dinheiro.

Essa é a grande importância, Deputado Nininho. O importante é escutar quem está pagando, para quem nós queremos dar esse dinheiro. Isto é importante.

Uma das coisas que nos preocupa é o seguinte: como vamos ligar Rondolândia ao próximo município? Como disse aqui o Secretário, você precisa de um milhão por quilômetro e se você tiver cem quilômetros, a senhora vai conseguir com o recurso que vai lá quando fazer cem quilômetros de estrada? Quando o Secretário Marcelo vai conseguir unir os quarenta e um municípios com asfalto, se esse dinheiro for pulverizado.

Por isso, eu quero parabenizar o Governo, porque ele realmente fez uma lei importante. Ele fez uma lei que vai dar recursos aos municípios para que possam fazer as obras nas estradas municipais; para que possam fazer, inclusive, infraestrutura urbana, mas que o Estado, também, tenha uma parte de recursos para atender cidades como a sua, como Rondolândia, e ligar. Sabe por quê? Se vierem os 50% do jeito que vocês estão querendo, hoje, que os municípios querem, sabe quando vai acontecer que o seu município vai ser ligado a Mato Grosso mesmo? Nunca! Nunca será ligado! Infelizmente é isso!

Outra coisa que eu acho muito importante: eu acho que nós precisamos dar um voto de credibilidade para a proposta do Governo.

Em qualquer momento, gente, eu acho que isso está engessado; em qualquer momento, Neurilan, que isso não for satisfatório, a lei vai voltar aqui para a Assembleia Legislativa e poderá ser feita uma nova lei, poderá ser revisto a lei como está sendo, agora. Quem diz que ano que vem não poderemos estar aqui novamente discutindo a eficiência dessa lei.

Agora, é importante uma coisa, Secretário Marcelo: eu acho que essa lei...

Deputado Wilson Santos, é importante, também, o seguinte: nós termos observado que tem muito município que criou o Conselho, que está aplicando bem o recurso. Eu não vi em nenhum lugar dessa lei nada dizendo para aquele município que pegar o recurso e desviar. Está certo que o Tribunal de Contas vai, muitas vezes, fiscalizar, mas o Tribunal de Contas fiscalizou, o Prefeito é cassado e o que acontece? Nós que estamos pagando não vamos ver a aplicação.

Nós queremos, gente, nós que estamos pagando...

Eu estive, agora, na 163, andando pelo entorno da 163 andando. Andei por um monte de estradas que estão tendo contribuição, que estão pagando pedágio e fiquei satisfeito. Sabem por quê? Quando você paga e vê resultado isso é fundamental. Nós, produtores, queremos o seguinte: queremos pagar.

O recado que eu deixo a esta Casa de Leis é o seguinte: nós estamos pagando e queremos que esse recurso seja realmente aplicado naquilo que foi destinado, que é designado.

Então, eu quero parabenizar o Governo por essa lei do jeito que ela está. Espero realmente que ela... Se não estiver de acordo, ano que vem voltamos aqui e vamos mudar. Nós estamos num processo de evolução. Estamos com um Governo novo que quer construir um Estado melhor. Por que não dar essa confiança? E é isso que eu peço para esta Casa de Leis.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Maguila.

Concedo um minuto para o Sr. Neurilan Fraga.

O SR. NEURILAN FRAGA - Para fazer um adendo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Maguila, você foi muito feliz ao colocar que os recursos não devem ser pulverizados mesmo, porém, eu não vou falar 100% dos municípios, a parte que cabe aos municípios está sendo aplicada. Nós recebemos cento e noventa e um milhões até agora. Vocês estão fiscalizando os quase quinhentos milhões que o Estado recebeu? Onde ele está aplicando? Verifique isso e, depois, cobre dos municípios a aplicação que está indo para os municípios. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - O próximo e último inscrito é o Deputado Dr. Leonardo.

O SR. DR. LEONARDO - Boa tarde, pessoal.

Só para registrar que estou vermelho assim, mas faço questão de justificar a minha demora, porque estava no Município de Nova Lacerda inaugurando obras feitas com dinheiro do recurso do FETHAB. Foram 9,6 quilômetros a abertura de uma estrada que não existia, porque Nova Lacerda, para transitar nas suas rodovias tinha que passar pela cidade vizinha, Conquista do Oeste. Hoje, consegue transitar por suas estradas municipais. E nesses 9,6 quilômetros acabaram-se as pontes. Foram feitos manilhamentos. Então, pequenas pontes não existem mais.

Quando vemos bem aplicados os recursos nós ficamos felizes. Estou assim vermelho de sol por acompanhar o Prefeito Valmir, mas fiz questão de ir lá para acompanhar e nós ficamos contentes. E o Governo, também, fica contente. O Governador fica muito contente quando vê que esses recursos são aplicados de verdade.

Cumprimento o Secretário Marcelo; cumprimento o meu amigo Neurilan Fraga e cumprimento todos os prefeitos aqui presentes, a Prefeita Bett Sabah, minha colega da Saúde. Eu sou médico e ela é enfermeira.

Eu sinto muito por Rondolândia, porque quando chega a Cáceres - a senhora sabe que eu moro em Cáceres e o Deputado Nininho estava perguntando -, às vezes, já chega a óbito, porque não dá tempo pela distância. Essa é uma preocupação minha.

E não só a questão, porque meu pai é produtor de gado, mas nós sabemos que em algumas questões pode dobrar a contribuição. Temos que estar atentos. Esta Casa tem que estar levando. Veio, agora, um representante do setor produtivo.

Muitas vezes, eu não vi o Conselho Estadual do FETHAB funcionar. Eu espero, agora, com essas mudanças que esse Conselho realmente funcione e que as coisas cheguem, Prefeito, aos municípios e que comecem... Porque por não ver as estradas, porque a nossa propriedade é numa estrada de fronteira com a Bolívia, infelizmente, os outros governadores que por aqui passaram fizeram com que vocês tenham dúvidas agora. Ficaram descrentes, porque nunca viu... Na realidade, o produtor pagava, sempre pagou muito no gado, na soja, no algodão, nas *commodities*, mas na hora de transportar, de chegar a sua propriedade, não conseguia. Atolava, era buraco, enfim, o que vocês já conhecem, pontes caídas, grandes máquinas, quem é produtor de soja, passando em pontes faltando tábuas de madeiras. Isso levou, hoje, ao descrédito.

Mas nós temos um Governo diferente que realmente faz a mea-culpa, porque assumiu esses desgastes dos outros governadores que não aplicaram os recursos corretamente.

Estamos pedindo, neste momento: vamos fazer o mea-culpa, sim, e vamos estar junto com os senhores e com as senhoras, porque nós não podemos mesmo, Prefeita, deixar ninguém para trás.

Nesta Casa o compromisso que faço é o de ouvir, Neurilan Fraga, os senhores.

Eu não vou tomar nenhuma decisão sem sentar com os Prefeitos, sem discutir com a AMM, porque é no município que as pessoas moram, é onde as crianças vão transitar nos ônibus escolares, onde as ambulâncias vão passar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Esta Casa tem o compromisso, sim, de ouvir os senhores, suas demandas, e fazer essa articulação junto ao Governador, que é sensível aos problemas dos municípios, que entende as dificuldades dos senhores e das senhoras e soube reconhecer que o FETHAB fez andar os municípios, que fez acontecer as pontes, que fez acontecer agora as estradas não pavimentadas, que os senhores e as senhoras cuidaram das estradas estaduais não pavimentadas e isso o Estado tem que reconhecer e agradecer, por esse empenho de vocês.

Há muitos pontos que fiz levantamento agora, há realmente novas regras de aplicação que vão melhorar.

Vai tirar o FETHAB da Conta Única e vai criar a Conta específica e vamos saber da realidade desse dinheiro, Prefeito Neurilan Fraga. Até que enfim!

O Deputado Oscar Bezerra foi muito feliz na sua fala - eu tinha feito aqui anotações...

Durante a semana estarei na AMM e conto, Prefeito Neurilan Fraga, como sempre contamos, com a participação, poder estar com Vossas Excelências do nosso lado, no caso desta Assembleia Legislativa.

O Governo é sensível, sim, está preocupado e com certeza tomará a melhor decisão que beneficia os municípios.

Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Deputado Dr. Leonardo.

Encerrando, eu quero agradecer a todos...

O Sr. Wilson Santos - Sr. Presidente, Vossa Excelência me permite trinta segundos?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Trinta segundos, Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - Eu quero só confessar a todos publicamente que depois desta Audiência Pública de praticamente 3h e alguns minutos eu sinto que nós já podíamos até votar hoje à noite, Deputado Zé Domingos Fraga.

São quatro ou cinco divergências. São mínimas!

O Prefeito de Ipiranga do Norte sugeriu que aumentemos de três para seis anos, que é razoável a proposta; o Deputado Zé Domingos Fraga tem duas ou três observações pertinentes; o Prefeito Neurilan Fraga...

O Projeto foi debatido em Sorriso, em Sinop, em Rondonópolis, ouviu um pouco também AMM e amanhã com umas 8h de discussões bem objetivas mesmo nós temos condições de sair já quase prontos.

Estaremos lá às 08h30min. Todos estão convidados às 08h30min. O Secretário Marcelo Duarte lá estará, os representantes da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Planejamento estarão lá.

Todos os Prefeitos são convidados, bem como o setor produtivo em peso.

Nós temos condições de amanhã avançar muito e, havendo necessidade, ainda faremos uma nova Audiência Pública, Deputado Zé Domingos Fraga.

Eu estou muito seguro de que temos as condições, sim, de fecharmos isso.

Prefeito Jamar, sua sugestão está anotada aqui, está montadinha, eu não esqueci - vou levar todas as sugestões -, você sugere até, não é fixar 30%, pode ser 19%, pode ser 17%, 21% até 30%. Importante. Deixar a habitação para o Estado. Vamos debater isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E REFORMULAÇÃO DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 14H.

Secretário Marcelo, Vossa Excelência está de parabéns.

É difícil trazer uma proposta redonda, 100%, mas eu acho que esta proposta aqui está quase pronta.

Garantindo que não haverá perda aos municípios e garantindo aos produtores transparência no acompanhamento desses recursos, vamos chegar a um entendimento mais breve que eu pensava.

Parabéns ao Estado!

Parabéns a todos que participaram desta Audiência Pública!

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (EDUADO BOTELHO) - Obrigado, Deputado Wilson Santos.

Eu quero agradecer aqui aos Secretários de Estado.

Vamos nos aprofundar nesta discussão. Quem sabe semana que vem conseguimos aprovar este Projeto, se tiver o consenso de todos.

Muito obrigado a todos!

E vamos à reunião amanhã.

Obrigado!

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Luciane Carvalho Borges;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França.